

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DE ASSUNÇÃO**

**ELIAS JULIO DA SILVA**

**JESUS HISTÓRICO E O CONCEITO DE REINO DE DEUS**

**SÃO PAULO**

**2013**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DE ASSUNÇÃO**

**ELIAS JULIO DA SILVA**

**JESUS HISTÓRICO E O CONCEITO DE REINO DE DEUS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Teologia sob a orientação do Prof. Dr. Côn. Antonio Manzatto.

**SÃO PAULO**

**2013**

**Banca Examinadora**

---

---

---

## **AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIAS**

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por ter me concedido a graça e a alegria de poder estudar teologia em uma das melhores universidades latino-americanas. A Ele, por amor e em sinal de ação de graças, quero dedicar este singelo trabalho acadêmico.

Da mesma forma, quero agradecer aos meus familiares que entenderam a necessidade do estudo e me incentivaram, colaborando para a realização deste trabalho.

Agradeço a Pontifícia Universidade Católica – PUC – SP, na figura do diretor, do coordenador, da docência, enfim, de todos os funcionários, pela eficiência e dedicação ao trabalho, e por terem me dado a oportunidade para o aprendizado e o aprofundamento teológico.

De modo muito especial, quero agradecer ao Professor Dr. Côn. Antonio Manzatto, que se dispôs generosamente a ser meu orientador, de maneira humilde e agradável, fazendo de tudo para o bom andamento do meu trabalho.

Também quero agradecer pela companhia de todos os meus amigos de caminhada, companheiros de estudo, que ao longo destes cinco anos do curso de teologia têm buscado o aprofundamento teológico por amor a Deus e para melhor servir às comunidades.

Neste momento não posso deixar de fazer memória do curso de teologia para leigos e leigas da Paróquia Nossa Senhora de Fátima do Sapopemba, do qual tive a alegria de participar durante 5 anos, e agradecer aquela que me inspirou às primeiras reflexões teológicas: Ir. Eunice Wolff.

***“Dai graças ao Senhor porque Ele é bom, eterna é a sua misericórdia” Sl 117.***

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
-------------------------	----------

### **CAPÍTULO 1**

#### **O CONCEITO DE REINO DE DEUS NO ANTIGO TESTAMENTO**

1.1 As Raízes hebraicas do Reino de Deus .....	10
--	----

### **CAPÍTULO 2**

#### **JESUS E O CONCEITO DE REINO DE DEUS**

2.1-Introdução .....	18
2.2 – Discurso: O Sermão Sobre a Montanha .....	23
2.3 – As Bem Aventuranças .....	25
2.4 – A Oração do Senhor .....	27
2.5 – As Parábolas do Reino .....	28
2.6 – Os Milagres, as Curas ou Libertações .....	31
2.7 – A comunhão com os Excluídos da Sociedade, Morte e Ressurreição .....	33

### **CAPÍTULO 3**

#### **O REINO DE DEUS NA ATUALIDADE**

3.1 – O conceito do Reino de Deus no caminhar da história .....	36
3.2 – O Concílio Vaticano II e o conceito de Reino de Deus na Teologia Libertação .....	38
3.3 - O Reino de Deus segundo Jon Sobrino .....	42
3.3.1 - A Via Nocial .....	43
3.3.2 – A Via da Práxis de Jesus .....	45
3.3.3 – A Via dos Destinatários .....	47
3.4 – O Reino de Deus e a V Conferência de Aparecida .....	49
3.4.1 - A Práxis do Cristão na Vida Pública .....	52

<b>CONCLUSÃO</b> .....	54
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	59

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo um maior aprofundamento teológico na área da Cristologia, especificamente no que se refere ao Jesus histórico e o Conceito de Reino de Deus. O ponto de partida da Cristologia é o Jesus histórico. Quando invocamos “Jesus Cristo” pelo nome, professamos duas realidades na pessoa do Filho: o Jesus histórico e o Cristo da fé. Essas duas realidades sempre geraram uma grande tensão no pensamento teológico da Igreja.

Humanidade e divindade na pessoa de Jesus Cristo não se contradizem e nem se opõem, sob o risco de perda da identidade pessoal, mas, ao contrário, se relacionam mutuamente. Nesse sentido em absoluto se nega o Cristo da fé, mas se privilegia a história de Jesus como fundamento para a fé. Jesus é todo humano e todo divino. Em Jesus, Deus nos deu tudo e se deu todo.

Atualmente, o chamado “Cristo da fé” já se encontra bem divulgado e conhecido através da Igreja, que, às vezes, por exageros, leva a espiritualidades desencarnadas e até a desumanização de Jesus. Cabe então o resgate do Jesus histórico, da importância da encarnação do verbo e da humanidade de Jesus,<sup>1</sup> a fim de que o cristão faça um diálogo coerente de ligação entre a fé e vida encarnada na história, sendo esta última, a realidade proposta pelo objeto do trabalho que se segue.

A busca do Jesus histórico tem sido uma constante no mundo científico, mas até hoje, ao que tudo indica o “Jesus real” ainda é uma figura inacessível. Todavia o estudo sobre o Jesus que teria vivido segundo os padrões da sociedade de sua época, dos seus costumes, e tradições, conforme o seu tempo, constituiu-se desse modo o homem histórico.

O ponto de partida do nosso trabalho é o Reino de Deus, haja vista ser esse o dado real mais bem assegurado a respeito do Jesus histórico. Já que o Reino de Deus constitui o dado mais apresentado, pregado e anunciado por Jesus de Nazaré em sua vida e missão.

O conceito de Reino de Deus está no cerne da pregação de Jesus. Ele é o aspecto mais importante do qual emana todo o ensinamento de Jesus, porque a concepção de Reino de Deus condensa e expressa à visão, a missão e o fim pelo qual Ele viveu.

A grande questão é que Jesus não só não definiu o que é o Reino de Deus, como também delineou através de termos e expressões tão díspares, e em linguagem tão figurada, através do uso das parábolas, que a expressão Reino de Deus tornou-se campo fértil, permanente e talvez até sem fim de hermenêuticas diversas e divergentes.

---

<sup>1</sup> Cf. MANZATTO, Antonio. Cristologia latino-americana. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 35.

O Reino de Deus é um símbolo religioso que não concede uma epistemologia definida e acabada, mas evoca uma tradição de experiência religiosa, traz consigo inúmeras formas diferentes de esperança na atividade soberana de Deus para tornar-se efetivo na vida do povo e na história.<sup>2</sup>

Considerando os aspectos simbólicos da expressão Reino de Deus, também é exequível assimilar algumas de suas generalizações acerca do reino, formuladas pelos exegetas e teólogos contemporâneos, que afirmam o Reino de Deus como resultado da ação de Deus na história. Deus age livremente para instaurar o seu reino, porém sempre por meio de agentes humanos. O próprio Jesus de Nazaré foi um desses agentes, atuando sob a égide de Deus. (Lc 11,20)

O Reino de Deus também é uma condição escatológica e terminal. Como afirmou Jon Sobrino, trata-se de uma utopia pela qual se aguarda em meio ao sofrimento da história. Porém, ao que parece, Jesus viveu a graça da presença deste Reino de Deus como algo bem próximo, já começado no momento atual. Ele pode ter dito: "O Reino de Deus está no meio de vós". (Lc 17,21) É o "já, mas ainda não"<sup>3</sup> da plenitude do reino, na medida em que assinala o poder salvífico de Deus, retifica os equívocos e refuta as negações da realidade histórica.

Desta forma, no primeiro capítulo estudaremos as raízes hebraicas, do símbolo religioso "Reino de Deus" e sua gama de significações. No segundo capítulo apresentaremos aquilo que Jesus anunciou como cerne de sua pregação: o Reino de Deus, e como ele se realiza concretamente na história.

O anúncio do Reino de Deus é feito por Jesus através das parábolas, da realização dos milagres, da expulsão dos demônios. Ele age sempre em benefício do próximo, principalmente na defesa dos pobres e marginalizados da sociedade, como dedicação livre e amorosa de Deus ao ser humano, muito embora ele nunca tenha definido o que seja de fato esse reino.

Ao final, o terceiro capítulo apresenta o conceito de Reino de Deus na atualidade, segundo o pensamento de Jon Sobrino partindo do seu significado, da práxis de Jesus e dos destinatários do reino. Com o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, a Igreja latino-americana faz a opção pelos pobres e marginalizados, e; com o advento da Teologia da Libertação, esse clamor é revigorado, e o Reino de Deus retorna ao pensamento teológico e

<sup>2</sup> Cf. MEIER, John. *Um Judeu Marginal*. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Imago. 1992. p. 20-31.

<sup>3</sup> Cf. SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador*. v. 1 - A história de Jesus de Nazaré. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 165.

eclesial recuperando a sua centralidade na vida da Igreja. Gustavo Gutierrez já dizia: “onde vão dormir os pobres”.<sup>4</sup>

Esse pensamento culmina com o Documento de Aparecida, na medida em que esse último convoca todos os cristãos a serem discípulos e missionários na opção preferencial pelos pobres e sofredores: pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades, camponeses, operários, drogados, presidiários, as famílias dos presidiários, enfermos, índios etc. em vista da salvação e da instauração do Reino de Deus.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: perspectivas*. Petrópolis, Vozes, 1975.

<sup>5</sup> CELAM. DOCUMENTO DE APARECIDA. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2007. DAp. 409.

## CAPÍTULO 1

### O CONCEITO DE REINO DE DEUS NO ANTIGO TESTAMENTO

#### 1.1 As Raízes hebraicas do Reino de Deus

Na busca das origens do termo “Reino de Deus”, faz-se necessário recorrer à tradição veterotestamentária. É no Antigo Testamento que encontramos suas raízes, ainda que incertas e inacabadas. O fato é que o reino de *Yahweh* é a ideia básica que sustentava toda esperança do povo da aliança na longa história em Israel.<sup>6</sup>

A expressão “Reino de Deus” (*malkuta Yahweh, basiléia tou theou*) é uma formulação apocalíptica tardia<sup>7</sup>, não usada como tal no Antigo Testamento ou na literatura judaica antiga. Todavia, a afirmação de *Yahweh* como rei aparece com frequência nos salmos e na liturgia.<sup>8</sup>

Ao analisarmos os livros do Antigo Testamento, inclusive nos livros apócrifos, constatamos um interessante paradoxo: a expressão “Reino de Deus” só pode ser encontrada em uma única vez e está localizada no apócrifo-deuterocanônico Sabedoria de Salomão Sb 10, 10<sup>9</sup>, redigido em grego por volta do primeiro século a.C., ou seja, o último livro escrito no cânon mais extenso, o chamado “cânon alexandrino” do Antigo Testamento, sendo que nos demais livros oficiais do cânon hebraico esta expressão não existe. Porém, essa única citação é de suma relevância para o uso que Jesus faz dela.

A celebração de Deus como rei é um motivo comum na antiga religião do Oriente Próximo. Além de Israel, o tema era bem conhecido também no Egito, em Canaã, na Grécia, na Anatólia e na Mesopotâmia. A descoberta dos documentos da antiga vila Cananea de Ugarit, considerada uma das mais importantes do século XX, contribuiu para identificar muitas afinidades entre as tradições literárias e religiosas das tribos israelitas e aquelas da população de Canaã, principalmente no que diz respeito à afirmação da realeza divina.

Quando os textos bíblicos saúdam *Yaweh* como rei, eles exaltam como o soberano dos elohim e como o Senhor do céu e da terra; atributos que também caracterizam o deus cananeu

---

<sup>6</sup> Cf. SOBRINO, Jon. *Jesus, o libertador. A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 110.

<sup>7</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus a História de um Vivente*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 134.

<sup>8</sup> Cf. PIXLEY, George. *O Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 26.

<sup>9</sup> Cf. LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*. Trad. Paulo Menezes. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004. p. 1500.

Elyon e as divindades ugaríticas El e Baal, nos textos mitológicos que lhe conferem a realeza.  
10

O que distinguia Israel dos outros povos era o fato de que Israel incorporava a noção de Deus-rei segundo sua fé fundamental de que *Yahweh* intervém na “história”.<sup>11</sup> Ele nunca aparece como um Deus em si, mas sim para a história e, por isso, como Senhor de um povo.

“Eu serei vosso Deus e vós sereis meu povo” (Ex 20,22-23) é a confissão de Israel. Nela se proclama um Deus por excelência relacional, que se revela e que é em relação a um povo. Por mais diferentes que sejam as tradições sobre *Yahweh* no Antigo Testamento, elas sempre têm em comum o seguinte: que é um “Deus de”, um “Deus para”, um “Deus em” e nunca um “Deus em si”.<sup>12</sup>

Deus é visto como rei por seu poder, ordem e criação do universo, tal como podemos apreciar nos salmos e hinos do “Livro dos Salmos” e nos demais textos bíblicos. Essa terminologia não é original nem específica de Israel, mas existia em todo Antigo Oriente.<sup>13</sup>

Há um grupo de Salmos bíblicos que prestam louvor específico a *Yahweh* por ocasião da sua entronização em Jerusalém, tais como: Salmos 47, 93, 95 e 99; sendo que este culto é semelhante ao de entronização de Marduc, na festa anual da criação celebrada pelos babilônios. *Yahweh* demonstrava seu poder régio acalmando e dominando os mares, tal como fizera Marduc. (Sl 29; Sl 93)

A realeza de *Yahweh* é diferente da realeza de Marduc; o seu domínio não é uma soberania exercida sobre os deuses, porém sobre as nações da terra:

“Povos todos batei palmas, aclamai a Deus com gritos alegres! Pois *Yahweh* Altíssimo é terrível, é o grande rei sobre a terra inteira. Ele põe as nações sob o nosso poder. Põe os povos debaixo de nossos pés. Escolheu para nós a nossa herança, o orgulho de Jacó, a quem ele ama. Deus sobe por entre ovações, *Yahweh*, ao clangor da trombeta. Tocai para o nosso Deus, Tocai para nosso rei, tocai!”  
(Sl 47)

A importância litúrgica do grupo dos “salmos de entronização” foi primeiramente percebida por Sigmund Mowinckel<sup>14</sup> no segundo volume do seu *Psalmstudien*. Mowinckel

<sup>10</sup> El corresponde ao deus máximo, pai dos deuses, identificado com o céu sem nuvens e governa o mundo através de sua palavra poderosa. Baal é um guerreiro, representado pelo céu tempestuoso, um rei viril que derrotou seus inimigos com a força do seu poder e também exerce autoridade sobre os deuses. Cf. PIXLEY, Jorge. *O Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 24-25.

<sup>11</sup> Cf. SOBRINO, Jon. *Jesus, o libertador. A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 111.

<sup>12</sup> Cf. MEIER, Jon. *Um Judeu Marginal*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p.144.

<sup>13</sup> Cf. PIXLEY, George. *O Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 19.

<sup>14</sup> Sigmund Olaf Plytt Mowinckel nasceu em 04 de agosto de 1884 e faleceu em 04 de junho de 1965, em Oslo, foi um dos mais célebres estudiosos dos Salmos. Uma das suas mais importantes obras é o estudo dos Salmos: *Psalmstudien*, composto por seis volumes editados entre os anos de 1921 a 1924.

compreendeu que o profeta, em seus oráculos, era inspirado pela celebração litúrgica da realeza de *Yahweh*. No entanto, existem outros autores, como George Fohrer<sup>15</sup>, que discorda, ao afirmar que a influência segue a direção oposta, e que os Salmos de entronização são celebrações pós-exílicas de uma vida futura e escatológica de *Yahweh*, o rei eterno.<sup>16</sup>

No judaísmo, o Saltério é um dos elementos centrais na liturgia e assume a função de “Livro dos Hinos”. A sua repetição constante era uma das formas de incorporar o símbolo do domínio soberano de *Yahweh* na mentalidade religiosa judaica, que almejava uma nova manifestação da sua realeza.

Porém, a temática do reinado de *Yahweh* sobre Israel não se restringe exclusivamente ao Livro dos Salmos. O sustentáculo do direito de *Yahweh* à realeza é demonstrado também nos livros narrativos do Antigo Testamento, sendo que, mesmo nesses livros, a realeza divina é uma metáfora poética.

Entre os semitas, era um procedimento comum atribuir o título de rei a suas divindades, das quais esperavam três benefícios:

- Solução dos problemas de sua existência nacional por meio da resposta oracular;
- Decisão das sentenças judiciárias como solução de conflitos, uma vez que não se confiava totalmente na justiça humana;
- Ajuda na luta contra inimigos do exterior.

Para Israel, a aproximação da figura de *Yahweh* como rei é muito frequente, e a expressão “reino de *Yahweh*” aparece no primeiro livro das Crônicas (1Cr 28,5), no qual Davi fala referindo-se a Salomão sentado no trono do “reino de *Yahweh*” (*malkuta Yahweh*).

Também em outras circunstâncias, a terminologia “reino” ou “realeza” pode ocorrer, deixando expresso que o reino ou poder pertence, de fato, a Deus, como no Salmo 103,19 (“sua realeza”); no Salmo 145,11-13 (“teu reino”); 1Crônicas 17,14 (“meu reino”); porém percebe-se determinadas variações.

São poucas as expressões equivalentes ou congêneres ao “Reino de Deus” no Antigo Testamento. Tudo indica que Jesus adotou um modo novo para fazer referência ao domínio régio de Deus. É bem provável que Ele tenha assimilado dos ensinamentos do Profeta Isaías, assim como dos Salmos.

---

<sup>15</sup> George Fohrer nasceu dia 06 de setembro de 1915 em Krefeld e faleceu no dia 04 de dezembro de 2002 em Jerusalém. Foi um grande teólogo protestante e professor de estudos do Antigo Testamento, que após a sua aposentadoria se converteu para o judaísmo.

<sup>16</sup> Cf. PIXLEY, George. *O Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 23.

A verdade fundamental é que Deus é criador de todas as coisas, seu reinado é desde sempre, não terá fim, mesmo nas condições mais adversas, sua “*dabar*” será a última e final. Os salmos nos ensinam: “*Yahweh* firmou no céu o seu trono e sua realeza governa o universo” (Sl 103,19), ou também “teu reino é reino para os séculos todos, e teu governo para gerações e gerações”. (Sl 145,13)

Deus por excelência é relacional, que se revela, e que é em relação a um povo. Dessa forma, *Yahweh* estabeleceu seu reinado através dos eventos salvíficos, como a passagem do Mar Vermelho (Ex 14,15-31) e a Aliança no Monte Sinai (Ex 19), através da qual Israel se tornou o “povo eleito”. A partir desse núcleo é que o messianismo se torna universal. Isto significa que a eleição faz de Israel um povo messiânico.<sup>17</sup>

A primeira tentativa de estabelecer uma realeza em Israel foi de Abimelek de Siquém, mas seu reinado durou apenas três anos e seu governo não foi reconhecido plenamente pelas tribos de Israel. Em seguida, com o advento da monarquia, Israel decide escolher um rei humano, sendo que o primeiro deles, o rei Saul, foi visto como a negação ao supremo rei divino. (Cf. 1Sm 8,6-22; Jz 8,23) Todavia, outros textos bíblicos denotam uma postura contrária em relação à realeza humana, considerando-a de forma positiva, em conformidade com a vontade divina. (Cf. 1Sm 9,1-10.16;12,1-2.13)

Em Israel, o rei Davi tornou-se uma figura emblemática, enaltecido como o protótipo do rei ideal, devido a sua humildade e por ser um servo cordato, representante do rei divino. Davi era piedoso, adorador de *Yahweh* e foi muito longe no respeito às tradições de Israel.

Com grande pompa e cerimônia, trouxe a arca da aliança, símbolo do trono de *Yahweh* para uma habitação permanente na cidade de Davi e também se destacou como alguém que fez o máximo para preservar o sistema tribal tradicional.<sup>18</sup>

Em retribuição a tudo isso, Ihe é prometido por Deus a permanência perpétua de seus descendentes sobre o trono de Israel (2Sm 7,8-17), posteriormente essa promessa se tornou a base sobre a qual se assentariam as expectativas e esperanças messiânicas, isto é, um rei davídico no futuro.<sup>19</sup>

Um dos elementos da ideologia régia foi a doutrina de que o rei era filho de *Yahweh*; certamente um filho adotivo, mas, de qualquer maneira, um filho. (Sl 2,7-9) Nesse sentido afirma o Livro dos Salmos:

<sup>17</sup> Cf. RIBEIRO, Ari Luis do Vale. Jesus e os Movimentos Messiânicos. *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo: Paulinas, v. 17, n. 66, p.29-30, [jan/mar.] 2009.

<sup>18</sup> Cf. PIXLEY, George. *O Reino de Deus*, Ed. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 54.

<sup>19</sup> Cf. MEIER, Jon. *Um Judeu Marginal*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 149.

“Ó Deus, concede ao rei teu julgamento e a tua justiça ao filho do rei; que ele governe teu povo com justiça, e teus pobres conforme o direito...Pois ele liberta o indigente que clama e o pobre que não tem protetor; tem compaixão do fraco e do indigente, e salva a vida dos indigentes”. (Sl 72)

Na história, o que se verificou foi a demonstração de enorme incapacidade daqueles que sucederam Davi, causando um grande sofrimento ao povo de Israel. Isso fez com que inúmeros profetas denunciasses as injustiças e o sofrimento do povo, e anunciassem no futuro alguém que estivesse à altura do modelo davídico, como exemplo fiel e obediente ao rei divino. (Cf. Is 7,10-14; 9,6-7)

O profeta Isaías aceitava os elementos básicos da teologia de Jerusalém. Cidade escolhida por Deus para sua morada, e acreditava-se que o Senhor escolhera Davi e seus descendentes a fim de que reinassem para sempre.<sup>20</sup>

Isaías denunciou o culto rico e piedoso que era praticado com zelo, à custa da exploração dos pobres. (Is 1,10-17) Anunciou a demolição de Jerusalém da mesma forma como é devastada uma floresta. (Cf. Is 6,10-13; 10,32-34) Dela restariam apenas troncos de árvores, e *Yahweh* manteria sua aliança com Davi, fazendo desse tronco uma semente sagrada (Is 6,13), que faria brotar um ramo de Jessé. (Is 11,1) Isaías construiu sobre a teologia régia a esperança da chegada de um rei verdadeiro e justo: “o Messias”.<sup>21</sup>

Mesmo diante de todas as advertências proféticas, os erros em Judá foram crescendo e se alastrando progressivamente, culminando com a queda do país, a vitória dos babilônios e, conseqüentemente, o exílio do povo para Babilônia. (Is 6,1-13)

Israel chega ao fundo do poço e, diante de tremenda angústia ocasionada pelo exílio, os profetas anunciaram mais uma vez uma vindoura restauração do “Reino de Deus” em Judá, e de Jerusalém novamente como sua capital sagrada.<sup>22</sup>

Para o povo de Israel, a etapa do exílio da babilônia foi decisiva para a visão da manifestação de *Yaweh* em suas vidas como rei. *Yaweh*, rei dos reis, e em sua infinita misericórdia que se constitui também na sua justiça, perdoa e salva seu povo, libertando-o para uma nova vida e recriando seu reino. (Cf. Is 43,1-8.15; 44,6)

Segundo o Deutero-Isaías, o profeta comunica o amor incondicional de Deus que perdoa, e novamente reunifica Israel disperso em unidade restaurada e centralizada na cidade

<sup>20</sup> Cf. PIMENTEL, Ivany Dantas. *Aspectos Histórico-Teológicos da Pregação de Jesus sobre o Reino de Deus*. 2010. 48 p. Dissertação (Mestrado em Teologia) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

<sup>21</sup> “Messias” significa ungido e ocorre no AT para significar o rei de Israel e o sacerdote. A palavra “mashiah” (hbr.) se traduz no grego para “christós”, de onde se deriva nosso Cristo. A tradução dos LXX usa frequentemente a palavra “christós” para designar Deus, mas outros também em função da unção sagrada real ou metafórica (p. ex. Ciro rei da Pérsia: cf. Is 41, 1) cooperam para os desígnios de Deus. Cf. RIBEIRO, Ari Luis do Vale. Jesus e os Movimentos Messiânicos. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 17, n. 66, p. 28-29.

<sup>22</sup> Cf. MEIER, Jon. *Um Judeu Marginal*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 166.

santa, manifestando a ideia do reinado escatológico de Deus, instaurado em um contexto apocalíptico, que mais tarde terá reflexo na mensagem e ação de Jesus.

A formulação da promessa a Israel, de um futuro repleto de esperança paz e alegria, vai além da contribuição de Isaías e passa também por outros grandes profetas, tais como Jeremias, Ezequiel, Miquéias, Sofonias e Abdias.

O profeta Jeremias, por exemplo, através de sua luta constante contra os reis de Judá, anuncia que só *Yahweh* é o verdadeiro rei e por toda eternidade. (Cf. Jr 10,7.10; 46,18; 48,15; 51,57) Esse anuncia a promessa de que Deus reunira outra vez as doze tribos e enviará um neo-Davi para dirigir o futuro Israel. (Cf. Jr 31,1-30; 33,14-26)

O profeta Ezequiel anuncia Deus como um rei divino (Ex 20,33), na situação de um novo êxodo e de um novo julgamento. Ele reforça a promessa de um rei na linha davídico-messiânica. (Ex 34; 37,15-28) O profeta Zacarias também anuncia que assim que Deus se tornasse o único rei, toda a terra seria transformada e Jerusalém seria habitada com segurança. (Zc 14,9.11)

Já o Livro de Daniel é emblemático no Antigo Testamento, pois traz consigo a marca daquela que passou a ser chamada de literatura apocalíptica<sup>23</sup>; que anuncia o controle do rei divino sobre a história e sobre todos os reinos, levando-os à consumação final, enquanto que o seu reino permanece para sempre; sendo que esse reino demonstra ser apenas um ato divino, sem qualquer mediação humana.<sup>24</sup>

No transcorrer de sua história, de guerras e tribulações, o povo de Israel indagava quando *Yahweh* iria realizar suas promessas, já que o presente era de sofrimento, dores e angústias, e as promessas de Deus eram de salvação.

Os escritos apocalípticos buscam reanimar o povo e mantê-lo firme na fé, apesar de todas as dificuldades e sofrimentos. Por isso, mostram que *Yahweh* vai libertar o seu povo, julgando os opressores e instaurando o seu reino para os que se mantêm fiéis; e isso vai acontecer no dia do Julgamento final: “dia de *Yahweh*” (Ap 20,11-15), anunciado pelos profetas.

Neste sentido, a linguagem apocalíptica é uma forma de interpretar a história, analisando e vendo a partir do fim, da salvação por ação de *Yahweh*. E essa salvação é a projeção do ideal utópico: o jardim do Éden, a Jerusalém celeste que desce do Céu.

---

<sup>23</sup> A apocalíptica é um movimento religioso cultural, também ideológico, que aparece no II século aC, e se estende até o II século dC, expresso por imagens e textos. Durante 400 anos foi o quadro referencial dominante no judaísmo, foi também a época de Jesus e do nascimento da Igreja interpretando o evento Jesus.

<sup>24</sup> Cf. MEIER, Jon. *Um Judeu Marginal*. Rio de Janeiro: Imago. 1996. p. 169

Diante dessa compreensão apocalíptica, a confissão da realeza de *Yahweh* é fundamental para Israel e perpassa toda a história. Assim, Deus age na história em favor de Israel. Conforme diz Jon Sobrino:

“Reino de Deus tem, antes, duas conotações essenciais: 1) o governo de Deus em ação. 2) para transformar uma realidade histórico-social má e injusta em outra boa e justa. Por isso, mais do que de “reino” de Deus se deve falar de “reinado” de Deus. É o que diz o salmo: “Ele vem para governar a terra, governará o mundo com justiça e os povos com equidade”.<sup>25</sup> Portanto, “reinado” de Deus é a ação positiva pela qual Deus transforma a realidade, e “reino” de Deus é o que ocorre neste mundo quando é Deus quem realmente reina: uma história, uma sociedade, um povo transformados segundo a vontade de Deus. É preciso notar desde o princípio que “a característica principal deste reino é que Deus realiza o ideal régio de justiça”. Reino de Deus é, portanto, uma realidade sumamente crítica do presente mau e injusto”.<sup>26</sup>

Em resumo, podemos afirmar que a expressão “Reino de Deus” (*malkuta Yahweh, Basileia tou theou*) é uma formulação apocalíptica tardia, mas a relação de *Yahweh* com a realeza aparece com frequência no Antigo Testamento, principalmente nos salmos e na liturgia. Esse símbolo, “deus-rei”, não é original em Israel, já existia em todo Antigo Oriente.

A confissão de fé da realeza de *Yahweh* por parte de Israel é fundamental e caminha por toda sua história, na medida em que Deus age em favor de Israel. Mas é a partir do fracasso da monarquia, da catástrofe do exílio e da ocupação de Israel por potências estrangeiras, que foi aparecendo com mais clareza o que significa o esperado reinado de Deus e a esperança messiânica. A apocalíptica universalizou essa expectativa e, dado seu pessimismo histórico, a escatologizou, fazendo coincidir o aparecimento do reino, com o final dos tempos e a ressurreição.

O “Reino de Deus” não é uma realidade geográfica-política<sup>27</sup>, apesar de expressar a esperança de um povo concreto. Daí, podemos compreender o “Reino de Deus” como o governo de Deus em ação na história para transformar toda a sociedade e o povo e, sobretudo, trazer uma boa notícia, extremamente positiva diante da existência do mal. “O que preocupa a Deus é libertar as pessoas de tudo quanto as desumaniza e as faz sofrer”.<sup>28</sup>

O “Reino de Deus” é uma utopia que responde a esperança secular de todo um povo sofrido, em meio a inúmeros revezes históricos, sendo que a característica principal deste reino

<sup>25</sup> Sl 96,13.

<sup>26</sup> SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador*. v. 1 - *A história de Jesus de Nazaré*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 111.

<sup>27</sup> Cf. SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador*. v. 1 - *A história de Jesus de Nazaré*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

<sup>28</sup> PAGOLA, José Antonio. *Jesus: aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2011.p. 124.

é que Deus realiza o ideal régio da justiça; por isso é algo bom, altamente bom, é o jardim do Éden, a Jerusalém celeste, o novo “eon” e que traz consigo a marca da libertação da opressão do anti-Reino. E que gera também uma esperança libertadora da compreensível desesperança histórica na qual se acredita na vitória do anti-Reino.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador. Volume 1. A História de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996.

## CAPÍTULO 2

### JESUS E O CONCEITO DE REINO DE DEUS

#### 2.1-Introdução

Depois deste breve percurso pela história de Israel, na busca da compreensão do conceito “Reino de Deus”; constatamos que o Antigo Testamento legou a Jesus a história, a linguagem e os símbolos do domínio régio de Deus e; portanto, uma gama de significações.<sup>30</sup> Supõe-se que Jesus tenha aprendido de Isaías e dos Salmos em particular uma verdade básica: que Deus, como criador, reinou, reina e sempre reinará sobre a sua criação.

Desta forma, podemos verificar que o conceito de “Reino de Deus” não era um símbolo novo, nem sequer o mais central de Israel, criado por Jesus através de seu ministério e pregação, mas uma ideia que já preexistia, ainda que, de maneira incipiente no conjunto dos livros veterotestamentais.

A expressão literal “Reino de Deus” era recente e de uso pouco frequente. Foi Jesus que decidiu usá-la de forma regular e constante, sendo posteriormente apresentado plenamente à luz por ele, na medida em que não encontrou expressão melhor para comunicar aquilo em que acreditava, pois desde criança havia aprendido a crer em Deus como criador dos céus e da terra, soberano absoluto e Senhor de todos os povos.<sup>31</sup>

Para uma interpretação adequada do evento “Jesus” e daquilo que ele chamou de “Reino de Deus”, é necessário mergulhar em seu “*sitz in leben*”<sup>32</sup>, no qual, dentre muitos aspectos, podemos destacar a insatisfação geral do povo da Palestina do século I, contra a dominação romana e judaica, e das autoridades religiosas. Nesse contexto surgem inúmeros pregadores ambulantes e salteadores que atacavam inclusive as caravanas romanas.

Havia uma forte presença da expectativa escatológica da proximidade de Deus, da experiência da ação de Deus na história, enfim da espera da chegada do “Reino de Deus”, sob diversas maneiras e por vários movimentos, grupos políticos e religiosos; tendo como pano de fundo a linguagem apocalíptica. Jesus situar-se-á perante todos eles demonstrando com

---

<sup>30</sup> Cf. MEIER, John. *Um Judeu Marginal*. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Imago. 1996. p. 21-31.

<sup>31</sup> Cf. PAGOLA, José Antonio. *Jesus: aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2011.p. 116.

<sup>32</sup> *Sitz in leben* é uma expressão alemã utilizada na exegese de textos bíblicos. Traduz-se comumente por “contexto vital”. Cf. SILVA, Cássio Murilo Dias. *Metodologia de exegese bíblica*. São Paulo: Paulinas, 2000. p.8.

transparência em suas palavras gestos e ações, sua consciência de tal proximidade de Deus e do “Reino de Deus”.<sup>33</sup>

No Novo Testamento, a realeza e o “Reino de Deus” se expressam no único conceito de “Basiléia toû Theou” ou “Basiléia tôn ouranôn”. O “Reino de Deus” é um acontecimento pelo qual Deus começa a reinar e agir como rei ou Senhor; uma ação pela qual manifesta seu ser ao mundo dos humanos.

O reinado de Deus é o próprio poder divino agindo na nossa história, e significa também o estado final escatológico, pondo fim ao mundo mau e iniciando o novo mundo onde dominará plenamente: “Venha a nós o teu reino”. (Mt 6,10)

A prática de Jesus vem imbuída de duas matrizes fundamentais para compreensão da sua ação salvífica:

- A influência apocalíptica, que estava impregnada na cultura de sua época (havia ao menos dois séculos) e que se prolongaria por mais dois séculos seguintes;
- A influência profética, pela qual Jesus herda a estirpe do profetismo judaico.

Dessa forma, a apocalíptica que estava impregnada em seu tempo é de suma importância para interpretar o evento Jesus. Muitas questões que atribuímos ao cristianismo, na verdade, são oriundas da apocalíptica; porém não podemos esquecer-nos da boa nova anunciada por Jesus em sua outra matriz: “a profética”, na qual Jesus, profeta social, age no presente da história, transformando-a numa proposta alternativa de sociedade.<sup>34</sup>

Jesus propõe uma nova sociedade, alicerçada na Aliança do Sinai e baseada no bem comum, na igualdade e no amor fraterno, que gere relações humanas, nas quais a justiça e o direito sejam colocados em primeiro lugar.

É bem provável que o critério de igualdade, gratuidade e de serviço pregado por Jesus nos Evangelhos, tenha sido fruto de uma consciência herdada do sistema da Confederação das 12 tribos de Israel, pois Jesus é da Galiléia, região que pertenceu no passado ao Reino do Norte - Israel, formado por dez tribos, inclusive com a existência de vários santuários, sendo que todas as tribos se ajudavam e se defendiam mutuamente contra ameaças externas.

Já em Judá, no Reino do Sul, de modo diferente, existiu uma alta concentração de poder político e religioso, exercido através do modelo monárquico Davídico e do Templo de Jerusalém.

<sup>33</sup> Cf. LIBANIO, J. B. & BINGEMER, Maria Clara L. *Escatologia Cristã*. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>34</sup> Cf. MANZATTO, Antonio. *Cristologia Latino-americana*. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia Latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 44.

Na medida em que essas novas relações de organização social vão se constituindo, o povo vai se conformando à imagem de Deus, pois, antes de Deus ser o Deus do povo, de antemão, o povo tem que dar sinais de que é o povo de Deus. Oráculo do Senhor *Yahweh*: “Então habitareis na terra que dei a vossos pais: sereis o meu povo e eu serei o vosso Deus”. (Ez 36,28)

Embora a linguagem apocalíptica seja derivada do profetismo, há uma diferença básica entre elas: a apocalíptica coloca a salvação fora da história, uma vez que afirma que este mundo não tem mais jeito. Faz-se necessária uma intervenção do próprio Deus, que chegará com o seu reino, com um mundo novo, um novo “eon”. Dessa forma, escatologiza-se a história.

Já o profetismo, diferentemente, chama à metanoia, a outra prática, outra forma de comportamento das pessoas. Nesse sentido, os profetas querem que as condições de vida do povo se transformem pela mudança de comportamento das pessoas na história, ou seja, é Deus agindo para transformação desse mundo.

Neste movimento profético, emerge um reinado novo inaugurado por Jesus, chamado “Reino de Deus”, que já dá sinais de sua presença e que um dia chegará à plenitude: “Contudo, se é pelo dedo de Deus que eu expulso os demônios, então o Reino de Deus já chegou a vós”. (Lc 34,11-20)

Nesse caso, não se trata simplesmente da presença física de Jesus, na qual estaria o Reino, mas no seu agir que acontece no Espírito Santo. Nesse sentido, torna-se presente nele e por ele, aqui e agora, o “Reino de Deus”, que está a chegar.<sup>35</sup>

A partir dessas afirmações, podemos perceber uma diferença fundamental entre João Batista e Jesus. O primeiro é extremamente apocalíptico e pessimista, que parte de um juízo ameaçador de Deus que está prestes a chegar com seu reino: “Arrependei-vos, porque o Reino dos Céus está próximo”. (Mt 3,1)

Jesus também coaduna com a ideia de um juízo de Deus, mas apresenta um rosto de Deus como um Pai amoroso, que carrega em si uma mensagem de alegria e esperança; que chama à conversão não só numa atitude de preparação e penitência, mas também em vista da salvação, da participação de um Reino que já começa a se fazer presente e que um dia chegará à plenitude.<sup>36</sup>

Jesus proclamou a mensagem da proximidade do Reino de Deus como Evangelho, como boa notícia prévia a todo o esforço humano, comparável com a mensagem do Deutero-

<sup>35</sup> RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007. p. 68.

<sup>36</sup> SOBRINO, Jon. *Jesus, o libertador. A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996. p.62.

Isaías: “O teu Deus reina” (Is 3,52-57), que anuncia o evangelho da libertação que está à irromper sob o senhorio régio de *Yahweh*.

De modo análogo, no Evangelho de Lucas, Jesus entra na sinagoga de Nazaré e anuncia o seu ministério como o ungido de Deus (Lc 4,36-22) e detalha seu programa de governo, no sentido de proclamar um novo tempo, inaugurando o ano da graça, do jubileu, consumando todas as expectativas messiânicas.

Em Jesus, a ideia fundamental na compreensão de sua missão salvífica e, que dava sentido a toda a sua vida, é o fato de que o “Reino de Deus”, anunciado em seu ministério e pregação, não é um dado a mais, nem um elemento entre tantos outros proclamados, mas constitui o tema central anunciado por Jesus, no qual se fundamentam todas as demais temáticas propostas por ele, sendo esse o dado histórico mais bem assegurado sobre a vida de Jesus.<sup>37</sup>

Joseph Ratzinger na sua obra “Jesus de Nazaré”, nos ajuda a mensurar e comprovar estatisticamente essa afirmação:

“Uma indicação estatística pode sublinhar isto: a expressão “Reino de Deus” ocorre no conjunto do Novo Testamento 122 vezes; destas 99 vezes nos três Evangelhos sinópticos e, destas, de novo, 90 pertencem às palavras de Jesus. No Evangelho de S. João e nos restantes escritos do Novo Testamento, a expressão representa um papel muito limitado. Pode-se dizer: enquanto o eixo da pregação pré-pascal de Jesus é a mensagem do Reino de Deus, a cristologia constitui o centro da pregação apostólica pós-pascal”.<sup>38</sup>

Todos os aspectos apresentados até o momento são muito relevantes, visto que, por suas implicações, irrompem duas ideias centrais para compreender Jesus e a sua mensagem:

- Em primeiro lugar: Por certeza histórica, prescindindo até mesmo da dimensão de fé, a pregação de Jesus foi aquilo que ele chamou de “Reino de Deus”. Jesus não veio fazer um discurso sobre Deus, nem uma catequese de comportamentos religiosos, morais e nem uma apresentação de si mesmo: Jesus pregou o Reino de Deus e não a si mesmo.
- Em segundo lugar: É preciso conferir lateralmente a compreensão que Jesus tem de Deus, ele não fez nenhum discurso direto sobre o ser de Deus, sobre a realidade dos conteúdos que afirmamos na fé. Então Jesus não pregou simplesmente a Deus, mas o Reino de Deus.

<sup>37</sup> Cf. SOBRINO, Jon. *Cristologia a partir da America Latina*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 177.

<sup>38</sup> RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007, p 153

Essas afirmações implicam que, historicamente somente podemos conhecer o Jesus histórico, ao menos no primeiro momento, a partir do “Reino de Deus”; depois já num segundo momento podemos entender o “Reino de Deus” a partir de Jesus. Para Jesus, a expressão “Reino de Deus” é um acontecimento escatológico, pelo qual Deus começa a reinar e agir como rei e pai, que se manifesta na história pondo fim ao mal e inaugurando um novo mundo no qual ele exercerá seu senhorio, ou sua soberania divina.

Aqui não se mensura um cargo, um posto, mas um estado novo de ordenamento para todas as coisas, ou seja, não se trata, portanto, de um reino iminente ou a constituir-se, mas sim da realeza de Deus sobre o mundo, a qual, de um modo novo, se torna acontecimento na história. Neste sentido a mensagem de Jesus é muito simples, sempre mais teocêntrica.<sup>39</sup>

Podemos afirmar que a mensagem central na pregação de Jesus, contida nos Evangelhos, mostra um fato que é de máxima relevância: Ele está a serviço do “Reino de Deus”, que considera como realidade última.<sup>40</sup> Apesar do “Reino de Deus” ser o ponto central na pregação de Jesus, ele nunca definiu tal conceito, de que maneira se manifestaria, e de que forma seria instaurado. Todavia, seu conteúdo concreto se esclarece em toda a sua ação, nas parábolas e nos demais ensinamentos; ou seja, em toda a sua práxis, que suscita o ouvinte à metanoia.<sup>41</sup>

Jesus ligou a expectativa da proximidade do “Reino de Deus” com a salvação universal. Ele vincula a sua pregação do “Reino de Deus” com a cura dos doentes (Ez 36, 28), com exorcismos (Mt 12,28), volta-se para pecadores públicos (Mt 21,31), critica a riqueza (Mt 12,28), declara bem aventurados os pobres, os famintos e angustiados (Lc 6,20) e estabelece o senhorio do serviço. (Lc 41,9-58) Ele liberta a pessoa humana e devolve a si mesma.

Após essas noções preliminares, percorreremos alguns temas significativos da pregação de Jesus, de suas palavras, de seus gestos e ações, no sentido de que eles possam nos ajudar a compreender um pouco melhor o significado daquilo que ele chamou de “Reino de Deus”.

O amor incondicional de Deus pelo ser humano, presente no comportamento de Jesus, se explicita nas parábolas que constituem o lugar privilegiado da pregação do “Reino de Deus”. Jesus já encontrou prontos ao redor do homem e da natureza os exemplos dos quais

<sup>39</sup> Cf. RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007. p. 64.

<sup>40</sup> Cf. PIMENTEL, Ivany Dantas. *Aspectos Histórico-Teológicos da Pregação de Jesus sobre o Reino de Deus*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado, 2010. p. 71.

<sup>41</sup> Cf. SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador. Volume 1. A História de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 153-139.

necessitava para ilustrar as verdades que desejava ensinar e que podem ser observados no contexto empírico.

## 2.2 – Discurso: O Sermão Sobre a Montanha

No Evangelho de Mateus, o “Sermão da Montanha” é precedido por um breve esboço da figura e da obra de Jesus de Nazaré. (Mt 4,12-25). É importante também salientar que é neste trecho bíblico que encontramos a primeira palavra pronunciada por Jesus neste Evangelho: “Arrependei-vos, porque está próximo o Reino dos Céus” (Mt 4,1-17), sendo uma palavra extremamente de cunho apocalíptico e escatológico.

Através dessa grande composição do “Sermão da Montanha”, o evangelista Mateus apresenta Jesus como o “neo Moisés” trazendo a nova Tora e precisamente, no sentido mais profundo que surge, em estreita conexão com as promessas messiânicas do Livro do Deuteronômio. (Dt 31,26). Já no início do “Sermão da Montanha”, o versículo introdutório é emblemático: “Vendo ele as multidões, subiu à montanha. Ao sentar-se, aproximaram-se dele os seus discípulos. E pôs-se a falar e ensinava, dizendo:[...]”. (Mt 5,1-12)

O verbo sentar, neste contexto, refere-se a Jesus, que, ao sentar-se na “cátedra” da montanha, assume a expressão de autoridade, de mestre. Posteriormente, o evangelista falará dos rabinos que se sentam na cátedra de Moisés (Mt 23,2), “cadeira de onde se ensina” e que por isso têm autoridade. O seu ensinamento deve ser ouvido e recebido, ainda que pela hipocrisia da sua vida o contradiga, e, se eles em si não são a autoridade, mas exatamente adquirem de outro a autoridade.

Neste caso, o que está em questão não é o aspecto funcional, mas um estado ontológico da configuração do ser enquanto tal. Jesus senta-se na cátedra como mestre de Israel e como mestre do homem em absoluto, não como os mestres que para tal se formaram na escola. Jesus se senta como aquele que é maior que Moisés. Ele é o “neo Moisés”, que amplia a “Berit” a todos os povos.

Apesar do autor não deixar claro qual seria a montanha à qual o texto se refere, ao menos podemos afirmar que seria uma das colinas próximas a Cafarnaum. O fato é que o “monte” é o lugar da oração de Jesus, do seu face-a-face com o Pai, do diálogo íntimo com o Pai. Assim se torna claro o sentido teológico da montanha enquanto “Shekinah”, o novo e definitivo Sinai.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> Cf. RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007. p. 73.

Independente de qual colina tenha sido “o monte das bem aventuranças”, algo desta paz e desta beleza o marcou. A versão da experiência do Sinai, que fora dada a Elias (Cf. 1Rs 19,1-13) na passagem de Deus, sendo percebida na brisa leve, tornou-se aqui completa. O poder de Deus revela-se agora na sua suavidade, e a sua grandeza revela-se na sua simplicidade e na sua proximidade.

*Yahweh*, que antes se expressava na tempestade, no fogo e no tremor de terra, toma agora a forma de cruz, do Deus sofredor que nos chama para este misterioso fogo, o fogo do amor crucificado: “Felizes sois, quando vos injuriarem e vos perseguirem e, mentindo disserem todo mal contra vós por causa de mim”. (Mt 5,11)

Na revelação do Sinai, Moisés se faz de interlocutor, pois o povo estava aterrorizado de tal modo que disse a Moisés: “Fala tu conosco, nós prestaremos atenção. Mas Deus não deve falar conosco, senão morreremos”. (Ex 20,19) Ao contrário, através de Jesus, Deus fala de um modo muito próximo, de homem para homem. Ele desce até o fundo dos nossos sofrimentos e, mesmo assim, isso levará, e leva sempre de novo, os ouvintes que, embora julguem-se discípulos, a dizer: “É duro este discurso, quem é que o pode escutar?”. (Jo 6,60)

Veremos isso, de fato, na interpretação do texto, com a palavra “discípulo”. Mateus não limita o círculo daqueles aos quais este discurso é dirigido, mas alarga-o; seja quem for que escuta, e que acolhe a palavra pode tornar-se um “discípulo”.<sup>43</sup>

No futuro, tratar-se-á da escuta da “Palavra”, do “Shema-Israel” e do seguimento, não mais exclusivamente pela ascese, mas pelo autêntico testemunho de caridade. O discipulado é factível a quem quer que seja; a vocação existe para todos: é assim que a partir da escuta se forma Israel, um novo Israel, que não exclui nem acaba com o antigo, mas que o ultrapassa na dimensão de um envolvimento universal.

Já no Evangelho de Lucas, observamos uma versão mais concisa do “Sermão da Montanha”, com outros realces. Para o evangelista Lucas, que escreve para cristãos oriundos do paganismo, não se trata de apresentar Jesus como o “neo Moisés”, nem da sua palavra como Torá definitiva. Por este motivo, o ambiente é disposto de outro modo. Em Lucas, as “Bem Aventuranças” são antecedidas imediatamente pelo chamado dos doze apóstolos, que esse apresenta como o fruto de uma noite de vigília de oração, e que transfere para o monte como local da oração de Jesus.

Após esse grande acontecimento na trajetória de Jesus, Ele desce do monte justamente com os doze eleitos e apresentados com o próprio nome, permanecendo em pé em local plano.

---

<sup>43</sup> Cf. RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007. p. 72.

Para o evangelista Lucas, estar em pé é expressão de grandiosidade e do poder de Jesus. O local plano é a expressão da grandiosidade e do poder de Jesus, a extensão para a qual Jesus discursa, e o autor destaca quando nos conta que, além dos doze, havia grande quantidade de seus discípulos, assim como uma multidão do povo da Judeia, de Jerusalém e da região litorânea de Tiro e de Sidônia, para escutá-lo e para ser curado por Ele. (Lc 6,17ss)

Dentro do contexto do sentido universal do “Sermão da Montanha”, que se faz visível neste cenário, é mais uma vez relevante que Lucas, tal como Mateus, afirme: “Erguendo os olhos para os discípulos, disse...”. (Lc 6,20) Isto significa duas coisas: que as “Bem Aventuranças” são dirigidas a toda vasta multidão do mundo ou da comunidade humana ali presente e futura; e que ele exige o discipulado que só pode ser verdadeiramente compreendido e vivido mediante o seguimento de Jesus, caminhando-se lado a lado com Ele.<sup>44</sup>

### 2.3 – As Bem Aventuranças

Muitas vezes, as “Bem Aventuranças” foram apresentadas como a alternativa cristã neotestamental em relação ao Decálogo judaico. Em outras palavras, tratar-se-ia da mais alta ética cristã, face aos mandamentos do Antigo Testamento. Com essa visão, deturpou-se completamente o verdadeiro sentido dessas palavras de Jesus, que sempre admitiu a legitimidade do Decálogo. (Cf. Mc 10,19; Lc 16,17)

No “Sermão da Montanha” são assumidos e aprofundados os mandamentos, que não são abolidos, já que isso contradiria a proposição básica que o diálogo sobre o Decálogo pressupõe:

“Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas; não vim revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento. Porque em verdade, vos digo: até que passem o céu e a terra, não passará uma só letra da lei, sem que tudo seja cumprido”. (Mt 5,17 ss)

Assim, fica evidente que Jesus não pretende derrogar o Decálogo, mas; ao contrário, reafirma-o.<sup>45</sup>

Mas, enfim, o que são as Bem Aventuranças? Como forma específica de preceito de sabedoria, as Bem Aventuranças ou *macarismos* já eram conhecidos desde a antiguidade, no Egito, na Grécia e, é claro, em Israel.

<sup>44</sup> Cf. RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007. p. 75.

<sup>45</sup> Idem. Cf. p. 76.

No Antigo Testamento, essas aparecem de modo especial no Livro dos Salmos (26 vezes), e na literatura sapiencial (12 vezes), particularmente no Livro dos Provérbios. Não é difícil reconhecer a Bem Aventurança bíblica, quando essa aparece, em hebraico. Ela é introduzida pelo substantivo *'asrê* (= felicidade), e em grego, conforme aqui mencionado anteriormente, pelo adjetivo correspondente *makarios*. A julgar pelo que vimos, uma Bem Aventurança é uma demonstração de admiração, congratulação, felicitação: “Feliz daquele que[...!]” “Feliz de quem[...!]”. O mestre de sabedoria demonstra, pelas descrições da pessoa feliz, quais as ações ou atitudes que conduzem a verdadeira felicidade nesta vida.

De forma implícita, o mestre exorta seus discípulos a se pautarem pelas atitudes da vida, pelo testemunho. Desse modo, apesar de descritiva na forma, a Bem Aventurança tem uma função exortativo-parenética, isto é, a felicidade descrita de forma explícita é apresentada de forma implícita como um objetivo a ser alcançado.<sup>46</sup>

Em relação às Bem Aventuranças tratadas, é preciso que se diga que elas não surgem do nada. Elas se inserem na longa tradição do Antigo Testamento, tal qual podemos encontrar, por exemplo, no Salmo 1 e no texto análogo de Jeremias: “bem aventurado o homem que confia no Senhor”. (Cf. Jr 17,7) São palavras que demonstram uma promessa, mas que também servem para o discernimento dos seres humanos, tornando-se instruções que apontam para o caminho da sabedoria.

A disposição que Lucas confere ao Sermão da Montanha clarifica a direção especial das Bem Aventuranças: “Erguendo os olhos para os seus discípulos [...]”. Cada um dos elementos das Bem Aventuranças resulta do olhar para os discípulos e descreve o estado dos discípulos de Jesus: são pobres, famintos, rejeitados, estão perseguidos. (Lc 6,20ss.) Efetivamente, tratam-se não só de adjetivos práticos dos discípulos, mas também de categorias teológicas, ou seja, daqueles que passaram a seguir Jesus e tornaram-se sua família.

<sup>47</sup>

Contudo, a situação concreta de precariedade em que Jesus vê os seus, acaba por tornar-se promessa, quando o olhar sobre eles é iluminado pelo Pai. Na perspectiva da comunidade cristã, as Bem Aventuranças são imensos paradoxos, isto é, os critérios do mundo são subvertidos, desde que a realidade seja entendida da maneira correta, a partir da óptica de Deus, que é distinta dos critérios do mundo. Exatamente os que são tidos como pobres, como perdidos para o mundo, são os abençoados, são os felizardos, são os “bem aventurados”, podendo alegrar e exultar-se.

<sup>46</sup> Cf. MEIER, Jon. *Um Judeu Marginal*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1996. p. 132.

<sup>47</sup> RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007. p. 76.

As Bem Aventuranças são promessas nas quais fulgura a nova concepção do homem e do mundo inaugurado por Jesus, mediante a inversão dos valores. São promessas escatológicas, futuras. Entretanto, elas não devem ser vistas como se a tão almejada felicidade tivesse de ser aguardada sempre para um futuro remoto, longínquo ou mesmo para o pós-mundo. Na medida em que o homem começa a viver a partir da vontade de Deus, quando ele está seguindo o caminho de Jesus, então, de certa forma, ele já está vivendo a nossa realidade futura, já está experimentando as promessas divinas, a glória do “*eschaton*”.<sup>48</sup>

#### 2.4 – A Oração do Senhor

O “Sermão da Montanha” esboça um quadro envolvente que quer ensinar-nos o modo correto de como ser “humano”. Procura nos ensinar o caminho que nos torna verdadeiramente homens e mulheres novos, configurados à imagem e semelhança de Deus. (Gn 1,26-27) Sua visão fundamental poderia resumir-se na afirmação: o homem só se entende a partir de Deus e, só quando vive em relação com Deus sua vida é correta. Mas Deus não é um distante desconhecido. Em Jesus, através da sua palavra, gestos e ações, Ele mostra o seu rosto, dando-nos a conhecer seus pensamentos e a sua vontade salvífica.<sup>49</sup>

Os textos evangélicos nos mostram que Jesus se retirava para rezar, caracterizando-o também em oração, exortando-nos a rezar, mostrando seus ensinamentos sobre a prece, além de descrever como seus discípulos deveriam rezar. Uma análise da oração de Jesus e das atitudes que essas implicam revelará outro aspecto do Deus de Jesus a quem a oração é direcionada.<sup>50</sup>

Deus dirige-se a cada um individualmente com o seu próprio nome. O amor de Deus a cada um é totalmente pessoal e traz em si esse mistério da unicidade, que não deve ser divulgado aos homens. Todavia, essa discrição essencial não exclui a oração comum: o “Pai-Nosso”. O “Pai-Nosso” é como o próprio nome indica, uma oração na primeira pessoa do plural, e somente este estar com o “nós” dos filhos de Deus é que podemos absolutamente ultrapassar as fronteiras deste mundo e chegar a Deus.

O evangelista Mateus faz uma breve catequese que nos adverte contra as formas falsas de oração. (Mt 6,7-8) Ela não é “tagarelice” ou palavreado que asfixia o Espírito, mas exige a discrição, que é essencial para uma relação de amor. Em seguida, Mateus apresenta a “Oração do Senhor” (Mt 6,9-13), sendo esta a forma que a Igreja reza.

<sup>48</sup> RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007. p. 77.

<sup>49</sup> CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum*. Constituição Dogmática do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a revelação divina. 18 ed. São Paulo: Paulinas 2005. DV 2.

<sup>50</sup> Cf. HAIGHT, Roger. *Jesus símbolo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2003.

Em Lucas, um dos discípulos pede a Jesus que os ensine a rezar, e a oração aparece numa forma mais curta (Lc 11,1-4), com relação à forma dos sete pedidos de Mateus. De modo geral, os exegetas consideram a forma Mateana mais bem desenvolvida, o que em Lucas está parcialmente aludido.

O que diz a “Oração do Senhor”, a respeito do Deus ao qual é dirigida? Deus é pessoal e responsivo. Deus é Pai, no sentido amoroso e compassivo de quem perdoa. Desse modo, trata-se o “Pai-Nosso”, antes de tudo, do caminho do amor, que é a um só tempo, um caminho de conversão. E para que o homem possa rezar acertadamente, é preciso que esteja na verdade. E qual é esta verdade? “buscai, em primeiro lugar, seu reino e sua justiça, e todas essas coisas vos serão acrescentadas”. (Mt 6, 33) Por isso, o “Pai-Nosso” inicia com Deus e nos conduz a partir dele, ao ser humano. Nós rezamos ao Pai que está no céu, que podemos conhecer pelo Filho. Assim, ao rezarmos, Jesus está sempre no nosso horizonte.

Por fim, vale lembrar que, devido ao fato de o “Pai-Nosso” ser uma oração de Jesus, é uma oração trinitária, ou seja, rezamos com o Cristo ao Pai através do Espírito Santo.<sup>51</sup>

## 2.5 – As Parábolas do Reino

As parábolas constituem, sem sombra de dúvidas, o cerne da pregação de Jesus e são de grande importância para uma correta interpretação da ideia do Reino de Deus apresentado por Jesus. No seu teor, elas não falam diretamente sobre Deus, nem sobre o próprio Jesus, mas no conjunto da mensagem fica evidente que se trata da salvação que Deus oferece: do Reino de Deus e da metanoia interior que ela exige.

A pregação de Jesus, mostrada nos evangelhos através das parábolas, faz referência tanto ao futuro quanto ao presente. Não obstante o passar dos séculos, elas continuam nos tocando com a sua atualidade e humanidade.<sup>52</sup>

Joachim Jeremias alerta-nos para o fato de que, a comparação das parábolas de Jesus com a linguagem em imagens de Paulo ou com as parábolas dos rabinos permite-nos reconhecer “uma particularidade expressamente pessoal”, “uma singular clareza e simplicidade, uma inaudita mestria e forma”. Podemos sentir, de uma forma absolutamente imediata, a proximidade de Jesus, como ele vivia e ensinava.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> Cf. RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007. P. 163.

<sup>52</sup> Idem. p. 165.

<sup>53</sup> Cf. JEREMIAS, J. *As Parábolas de Jesus*. 10 ed. São Paulo: Paulus, 2007. p. 15.

No conjunto das parábolas, duas se referem explicitamente ao Reino de Deus: a do Tesouro Oculto e da Pérola. (Mt 13,44-46) Ambas descrevem a conduta de um homem que encontra um tesouro de grande valor e o adquire à custa de tudo o que possui.

O homem que adquire este tesouro é tomado de grande alegria e, nesse estado, nenhum preço parece alto demais. Isso significa que, a entrega da sua propriedade deixa de ser importante diante da grandeza do seu achado, que supera sua compreensão e o atinge em seu íntimo. De modo semelhante, quando o homem experimenta em sua vida irromper do Reino de Deus, é tomado por grandiosa alegria, dá sua resposta de adesão ao seguimento de Jesus e orienta-se para a consumação da comunhão com Deus.<sup>54</sup>

Também são consideradas parábolas do reino aquelas que, embora não falem diretamente do reino, fazem alusão a esse aspecto do ministério de Jesus. Neste caso, incluem-se as duas parábolas sobre os construtores da torre e do rei que vai à guerra (Lc 14, 28-33), cujos relatos encontram ilustração nos episódios descritos em Mt 8,19-22 e Lc 9,57-62, nos quais se recorda em termos religiosos o ônus que os discípulos deveriam estar preparados a pagar diante de sua adesão ao seguimento de Jesus.

A mensagem de Jesus não é somente pregação de salvação, mas também uma advertência e um convite à conversão. Jesus lança a advertência de que o convite à conversão e o Evangelho são os últimos sinais de alerta de Deus para a vinda do “Filho do Homem”, que é a vinda do Reino de Deus.

Jesus e seus discípulos são criticados e indagados por não jejuarem como faziam os discípulos de João e os fariseus. (Mc 2,18-19) Esse respondeu através de uma retórica que lhe era peculiar, não com uma resposta pronta e acabada, mas com outra pergunta: “Podem os convidados de um casamento jejuar enquanto o noivo está com eles?”. Naquele contexto, os convidados de um casamento eram dispensados de certas obrigações religiosas durante os sete dias de celebração nupcial para não interromper as comemorações. Neste caso, não havia necessidade do jejum, já que o noivo do relato é o próprio Jesus e os discípulos gozam de grande alegria e felicidade plena porque estão no Reino de Deus.<sup>55</sup>

O Reino de Deus chega através da pregação e do ministério de Jesus que revela um interesse inédito pelo “perdido” demonstrado através das três parábolas da misericórdia: A ovelha perdida, a dracma perdida e o filho pródigo. (Lc 15,4-31) Em todas elas, o evangelista se refere ao interesse que Jesus demonstrava pela classe oprimida da comunidade judaica, sendo que a terceira parábola tem como centro o contraste entre a alegria do pai pelo retorno

<sup>54</sup> Cf. JEREMIAS, J. *As Parábolas de Jesus*. 10 ed. São Paulo: Paulus, 2007. p. 201.

<sup>55</sup> Cf. CERFAUX, L. *O tesouro das parábolas*. São Paulo: Paulinas, 1973. p. 72.

do filho perdido e a mesquinha atitude do irmão mais velho por quem a misericórdia é avaliada como injustiça.

Jesus, em sua missão, revela um novo princípio religioso: Deus é bom, misericordioso e todos os homens são seus filhos. Jesus é bom porque ocupa o lugar de Deus e descobre nos pecadores, pessoas perdidas que Deus, como Pai, sente sua perda e as perdoa, pois um pai jamais deixa de ser pai, qualquer que seja a ingratidão de seus filhos.

Na parábola do grande banquete (Cf. Mt 22,1-13; Lc 14,16-24) e na dos trabalhadores da vinha (Mt 20,1-16) fica evidente a acolhida da palavra de Deus pelos marginalizados e excluídos da sociedade e rejeição pela liderança religiosa judaica.

O núcleo comum das parábolas é o fato de os convidados, por sua própria vontade, excluírem-se do banquete e, como seus lugares foram ocupados pelos primeiros que foram encontrados pelo caminho. O sentido teológico é que Deus é fiel e cumpre suas promessas, mas se os “filhos do reino” rejeitam o chamado de Deus, então entrarão em seus lugares os pobres e os marginalizados.

O símbolo do banquete nupcial era usado para designar a felicidade do mundo vindouro, da chegada do Reino de Deus. As palavras do convite: “Eis que preparei meu banquete, meus touros e cevados já foram degolados e tudo está pronto. Vinde às núpcias” (Mt 22,4) equivale ao convite de Jesus: “Arrependei-vos porque o Reino dos Céus está próximo”. (Mt 3,2) A parábola faz alusão à recusa do convite pelos considerados “justos” e sua aceitação pelos publicanos e pecadores.<sup>56</sup>

A parábola dos trabalhadores enviados à vinha descreve duas situações: A primeira apresenta a contratação dos trabalhadores e a ordem generosa com relação ao pagamento do salário; a segunda, a indignação dos que se acham prejudicados. A parábola se dirige a homens semelhantes aos murmuradores que criticavam a boa nova e se escandalizavam com as ações de Jesus. Ele quer mostrar como a crítica que ele recebe é odiosa, injusta, impiedosa e egoísta.

Com relação ao pagamento de salários, não se trata de uma generosidade sem limites, pois todos recebem apenas a soma necessária para viver. Mesmo que os contratados por último tenham ficado inativos a maior parte do dia, eles causam compaixão ao proprietário porque o salário de uma só hora não é suficiente para a manutenção da família. Jesus mostra que é assim que Deus age, é assim que Deus é. Ele faz participar do reino os pecadores e

---

<sup>56</sup> Cf. JEREMIAS, J. *As Parábolas de Jesus*. 10 ed. São Paulo: Paulus, 2007. p. 219.

publicanos, que não tinham nenhum mérito diante de Deus. A isso se assemelha o Reino de Deus.

Temos também o grupo de parábolas que se referem à esperada vinda do “Filho do Homem” surgindo em um contexto em que se exorta à preparação, a vigilância e à atenção contínua. Nesse grupo incluem-se: as parábolas dos servos fiéis e infiéis (Cf. Lc 12,42-46; Mt 24, 45-51); a dos servos vigilantes (Cf. Lc 12,35-38; Mc 13,33-37); a do ladrão noturno (Cf. Mt 24,43-44; Lc 12,39-40) e a parábola das dez virgens (Mt 25,1-2), que tratam da necessidade de se estar preparado para a futura vinda do Filho do Homem, que corresponde à vinda do Reino de Deus.

É provável que essas parábolas escatológicas de Jesus reforçassem a metanoia, no sentido de que os homens reconheçam que o Reino de Deus já estava presente e, ao mesmo tempo, preparassem os discípulos para enfrentar os tempos difíceis que haveriam de vir em decorrência das práticas e da pregação de Jesus.<sup>57</sup>

Jesus apresenta em numerosas parábolas o que ele pensa do Reino de Deus e o modo de ser de Deus, sobretudo nas relações com os pobres, rejeitados, marginalizados e até pecadores. Jesus exige de seus discípulos um comportamento diferente dos publicanos e pagãos (Mt 5, 46-47) e dos pecadores. (Mt 5,46-47).

O anúncio do Reino de Deus como centro da pregação de Jesus presente em toda a sua vida, através da sua práxis, por contrariar os interesses das autoridades religiosas judaicas no fim de seu ministério público de Jerusalém e por contrariar os interesses do Império custou a sua vida. Todavia na ressurreição, Deus mostra que o seu reino triunfará na história e a ultrapassará na plenitude da vida eterna.<sup>58</sup>

## **2.6 – Os Milagres, as Curas ou Libertações**

No contexto da Palestina do Século I, o milagre na vida humana era considerado entre Judeus, Gregos e Romanos algo factível. Para eles, “o milagre” não era o problema; mas, ser confrontado com “os milagres de Jesus”, era um desafio concreto. A ação de Jesus era suscetível de duas interpretações, por causa de seu caráter excepcional: era então “de Deus”

<sup>57</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus, A História de um Vivente*. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 155.

<sup>58</sup> Cf. MANZATTO, A. Notas para uma Cristologia para o terceiro milênio. In: *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo v. 8 p. 79-107. (abril/jun) 2000.

ou “do demônio”. O fato é que, tanto os simpatizantes quanto os adversários de Jesus viram nele uma “auto-manifestação assombrosa”.<sup>59</sup>

Os milagres e as curas não podem ser concebidos simplesmente como atestação de poder, de glória suscitando uma admiração estéril, ou como uma fórmula mágica para suprimir o sofrimento do mundo, mas, sobretudo como sinais da presença do caráter salvífico do Reino de Deus, proclamado por Jesus.<sup>60</sup>

Note que em Nazaré, em sua própria casa, Jesus não realizou milagres, pois sabia que não implicaria em metanoia e comunhão com Deus. (Cf. Mt 4,5-6.; Jo 6,14-15). Nesse caso, Jesus percebe que toda a sua missão é ignorada e o Reino de Deus não é compreendido.<sup>61</sup>

O Evangelho de Marcos, como fonte principal da tradição sinótica sobre os milagres, nos mostra que Jesus não realiza sinais ou milagres sem utilidades que não levem à salvação, inclusive rejeitando as tentações de Satanás. Sua atividade taumatúrgica não constitui um fim em si mesmo, mas é um elemento de sua pregação relativa ao Reino de Deus em vista da conversão das pessoas, que se evidencia com mais clareza quando ele critica as vilas situadas à margem do lago. (Cf. Mt 11, 20-24; Lc 10,13-15)

Os discípulos de Jesus, ao receberem a missão de proclamar a irrupção do Reino de Deus, também receberam o dom da cura dos milagres. (Mc 6,1-7) Esse mesmo poder foi dado aos 72 discípulos em Lucas. (Lc 6,10) Os discípulos estavam felizes por ver e ouvir as maravilhas que tinham realizado, mas, depois da segunda multiplicação dos pães Jesus os repreende de “ter olhos e não poder ver, de ter ouvidos e não escutar”. (Cf. Mc 8,17-18; Mt 16,9.) Era necessário compreender o sentido profundo dos milagres e não apenas assisti-los como espetáculos extraordinários.

Considerando-se a inter-relação existente entre doença, satanás, pecado, e exorcismo, cura e, até mesmo, o perdão dos pecados de modo comum; no entendimento da religiosidade da época, tudo isso podia entrelaçar-se. De modo geral, supunha-se que o exorcista desempenhava o papel de agente de Deus no trabalho de libertação, cura e perdão. Podemos imaginar que alguns elementos do povo que testemunhavam Jesus tivessem a convicção de que ele estava agindo por meio do poder de Deus como o Espírito que nele se manifestava.

Jesus cura para anunciar a vida plena que o Reino de Deus oferece ao povo oprimido pela doença, pela morte e pelo poder desintegrador do mal. (Mc 3,20ss)

<sup>59</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus, A História de um Vivente*. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 176.

<sup>60</sup> Cf. PAGOLA, José Antonio. *Jesus: aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2011.p. 129.

<sup>61</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus, A História de um Vivente*. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 189.

Segundo Schillebeeckx, em sua obra: *Jesus a história de um vivente*, ele afirma:

“Os atos milagrosos de Jesus tem, portanto em sua narrativa o sentido evangélico. Jesus traz felicidade, porque ele é o Filho, repleto do Espírito (Mc 1, 9-11). Por isso, é que satanás recua onde ele aparece (Mc 1, 23-28), pois onde Jesus age, aproxima-se também o Reino de Deus por ele anunciado. (Mc 1, 14-15) O fato ainda não é percebido pelas pessoas que na sua infelicidade a ele acorrem para serem curadas e libertadas: em Jesus, trata-se da realidade benfazeja (Mc 7,37) do Reino de Deus, o que só se tornará perfeitamente claro depois da morte de Jesus, na experiência da comunidade à qual o reinado de Deus foi revelado”.<sup>62</sup>

## 2.7 – A comunhão com os Excluídos da Sociedade, Morte e Ressurreição

No evangelho de Lucas, Jesus se dirige abertamente a todos aqueles que não aceitavam o seu ministério: “Com efeito, veio João Batista, que não come pão e não bebe vinho, e dizeis: O demônio está nele! Veio o Filho do Homem, que come e bebe, e dizeis: Eis aí um glutão e bebedor amigo de publicanos e pecadores”. (Lc 7,33-34)

Podemos constatar nos evangelhos que Jesus fez de sua vida uma opção preferencial pelas pessoas que se encontravam à margem da sociedade, aos excluídos socialmente, em sua maioria pobre, e que essa opção gerou grandes conflitos e controvérsias por parte daqueles que buscavam a ortodoxia religiosa.<sup>63</sup>

Os pobres excluídos e marginalizados não eram apenas uma espécie de acidente no desenvolvimento social, mas as maiores vítimas do sistema implantado pelos romanos e praticado pelos governantes. É preciso lembrar que Jesus era um judeu vindo da Galileia, o que condicionava sua visão de mundo e sua maneira de compreender os problemas vividos por sua sociedade.<sup>64</sup>

Segundo os padrões da época, Jesus se relacionava com pecadores, tais como prostitutas, publicanos, coxos, cegos, leprosos, entre muitos outros que também eram considerados impuros. Jesus associou-se aos “párias da sociedade”, que eram, em boa parte, seus seguidores, pessoas sem instrução aos quais era negada a salvação por serem religiosamente despreparados, moralmente incorretos e economicamente desprovidos.

Os evangelhos também dão conta que Jesus fazia refeições em companhia de publicanos e pecadores, que se tornaram motivo de escândalo para os escribas fariseus (Mc 2, 15-17), e que isso não deve ser considerado simples gesto de condescendência humana,

<sup>62</sup> SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus, A História do Vivente*. São Paulo: Paulinas, 2008.

<sup>63</sup> Cf. HAIGHT, Roger. *Jesus símbolo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 29.

<sup>64</sup> Cf. MANZATTO, Antonio. *Cristologia Latino-americana*. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia Latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 37.

significa que Deus vai restabelecer as relações com os homens que estavam separados dele e, concedendo o perdão divino, antecipa a participação no banquete e na salvação messiânica.

No pensamento bíblico, a refeição é símbolo e garantia de paz, perdão, fraternidade, comunhão e unidade. O ato de sentar-se à mesa e fazer as refeições com pecadores veiculava uma mensagem muito forte, a saber: refutar aberta e decididamente todas as distinções sociais, econômicas e religiosas em voga na sociedade, sendo, portanto, uma postura mais que igualitária.<sup>65</sup>

Segundo Jonh Dominic Crossan, em sua obra: *O Jesus Histórico – A Vida de um Camponês Judeu do Mediterrâneo*, afirma:

“O Reino de Deus, proclamado a indivíduos socialmente insignificantes e indesejáveis no aqui e agora deste mundo, decerto era um reino radicalmente igualitário e, enquanto tal tornava as distinções sexuais e sociais, políticas e religiosas, absolutamente irrelevantes e anacrônicas”.<sup>66</sup>

Neste sentido, vale lembrar outra categoria social à qual Jesus se dirigia: os financeiramente destituídos. “Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus” (Lc 6, 20), e a ninguém mais é tão claramente assegurado o Reino de Deus nas palavras de Jesus.

O ministério de Jesus manifesta a essência do Deus ao qual servia e revela que Deus tem um olhar voltado especialmente para com todos os que são mais fracos, sem recursos e oprimidos. Deus quer o desenvolvimento e a salvação do ser humano e, portanto, deseja as condições nas quais se possa viver de forma saudável e plena, cheios de vida. Jesus, ao optar por dar preferência aos pobres, fracos e renegados, rechaça também todos os padrões de comportamentos que aviltam ou tiranizam o ser humano.

A pregação e o ministério de Jesus em favor desses marginalizados, vítimas da opressão, provocada pelas estruturas políticas, sociais e religiosas, foi objeto de profundo rancor e ira, por parte dos titulares do poder e prestígio na sociedade, e com certeza foi uma das razões decisivas para a sua condenação e morte, pois ele fez afirmações da vontade, das predileções e, finalmente, do “Reino de Deus”.<sup>67</sup>

Os quatro evangelhos atestam que Jesus morreu na cruz condenado por Pilatos como líder de uma revolta política, sendo provável que somente a autoridade romana tivesse o direito de pronunciar a sentença de condenação à morte de cruz. Enquanto o Sinédrio condenava Jesus por motivos religiosos, Pilatos mandou executar Jesus na cruz como rebelde

<sup>65</sup> Cf. HAIGHT, Roger. *Jesus símbolo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 31.

<sup>66</sup> CROSSAN, Jonh Dominic. *O Jesus Histórico: a vida de um camponês do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

<sup>67</sup> Cf. PAGOLA, José Antonio. *Jesus: aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2011.p. 404-405.

político, enquanto as autoridades religiosas ameaçavam a própria estabilidade e a segurança do procurador romano.<sup>68</sup>

Todavia, Jesus de Nazaré, assassinado injustamente por sua fidelidade, não permanece aniquilado pela morte física. Ele ressuscita pela ação de Deus e alcança a sua plenificação definitiva, mas é o mesmo Jesus que os seus seguidores conheceram; pois “quem ressuscita é o crucificado”, cuja ressurreição foi gestada durante toda a sua vida de amor, fidelidade e entrega graciosa. A sua vida real não é rompida com a morte, mas glorificada por Deus que ressuscita os mortos.

Jesus de Nazaré, agora como Cristo glorioso identificado com o Pai, passa a um novo modo de existência, conservando a sua identidade pessoal de tal forma que nas aparições os discípulos o identificam com Jesus de Nazaré e o reconhecem pelas marcas de pregos (Jo 20, 20) e pelo partir do pão. (Lc 24,30) As testemunhas da ressurreição foram aqueles que viveram com Jesus e foram atraídas por Ele, por sua mensagem e causa.<sup>69</sup>

Após a ressurreição, torna-se impossível aos discípulos permanecerem calados na condição de testemunhas (At 4,20) e todos os envolvidos se transformam em pessoas que se sentem no dever de anunciar a mensagem primitiva, dando continuidade à obra e missão de Jesus. Da mesma forma, discorre Antonio Manzatto em sua obra: *Cristologia latino-americana*.

“Partindo da história de Jesus, afirma-se sua prática como anúncio e a concretização do Reino de Deus. A ideia de Reino, que é libertação para os pobres, explica a vida e prática de Jesus e aponta também para as causas históricas de sua morte. Sua ressurreição é vista como vitória sobre a morte, mas também como vitória sobre as forças que impedem a instauração do Reino de Deus. O combate de Jesus é um combate contra o anti-reino, e esse também é o combate dos cristãos hoje. O Reino de Deus, realidade presente na história, cresce em direção à sua plenificação com a prática de justiça dos cristãos”.<sup>70</sup>

<sup>68</sup> Cf. FERRARO, Benedito. *A significação política e teológica da morte de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1977. 139-142.

<sup>69</sup> Cf. SOBRINO, Jon. *A fé em Jesus Cristo*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 100.

<sup>70</sup> MANZATTO, Antonio. *Cristologia Latino-americana*. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia Latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 31.

## CAPÍTULO 3 O REINO DE DEUS NA ATUALIDADE

### 3.1 – O conceito do Reino de Deus no caminhar da história

A relação de Jesus com o “Reino de Deus”, centro de sua pregação após a ressurreição, deixou de ser enfatizada, levando a um deslocamento para a figura de Jesus como Senhor exaltado: a boa nova e salvação é Jesus Cristo. Embora as primeiras fórmulas de fé sejam centradas em Jesus e tenham mantido o interesse pela salvação, pelos temas éticos e sociais, o “Reino de Deus” deixa de ser decisivo na compreensão do cristianismo.<sup>71</sup>

A Igreja, ao invés de compreender-se como distinta do reino com a missão de ser seu sacramento, e de julgar o Império partindo do critério do “Reino de Deus”, passou a centralizar o seu interesse em sua relação com o Império. Os cristãos tinham como referência o exemplo e a atitude de Jesus diante do poder político. Assim, procuravam uma tranquila convivência entre a nova fé e o Estado. Aos cristãos, ordenava-se a submissão à autoridade (Cf. Rm 3, 1; 1Pd 2,13), o pagamento dos impostos (Rm 13,1; 1Pd 2,13), a oração pelos reis e por todos constituídos em autoridade. (Tm 2,1) Os cristãos não se distinguem dos outros homens por nenhum detalhe exterior.<sup>72</sup>

Após a perseguição de Nero, os cristãos deixam de ser molestados e, por um período de trinta anos, as várias Igrejas podem se organizar, penetrando em todos os extratos da sociedade. Até que esta situação é transformada com o início das perseguições do Imperador Domiciano.<sup>73</sup>

Neste período a tentação de integrar-se ao Estado como religião política é vencida pela própria situação de perseguição. Em confronto com as religiões oficiais, o cristianismo como fé em Jesus, em um ressuscitado crucificado leva desvantagem, mas aos poucos se oferece como a melhor religião para o Império.

No ano de 313 d.C., o Imperador Constantino, que desde o início do seu reinado manifestou uma simpatia em relação ao cristianismo, publicou o edito de Milão concedendo aos cristãos a liberdade de culto e reparação dos prejuízos sofridos por eles. Depois, no ano de 380 d.C., pelo edito de Teodósio, o cristianismo passa de religião lícita a religião oficial de

---

<sup>71</sup> Cf. PIMENTEL, Ivany Dantas. *Aspectos Histórico-Teológicos da Pregação de Jesus sobre o Reino de Deus*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado, 2010. p. 75.

<sup>72</sup> Cf. SOBRINO, Jon. *A fé em Jesus Cristo. Ensaio a partir das vítimas*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 369-371.

<sup>73</sup> Cf. PIERINI, Franco. *Curso da história da Igreja. I. A idade Antiga*. São Paulo: Paulus, 1998. p. 58.

Estado. O catolicismo romano ortodoxo tornava-se a religião oficial de todo mundo romano, e os cristãos foram beneficiados com múltiplos privilégios fiscais e judiciários.<sup>74</sup>

Jon Sobrino afirma que nos primeiros séculos do cristianismo não se deu ênfase ao tema do “Reino de Deus” (exceto At 8,12), mas sim à salvação que se operou em Cristo Jesus. Surgem nos séculos seguintes três formas de interpretação do significado da expressão “Reino de Deus”, expostas a seguir:

1 – A personalização do reino. No século III, sob a influência de Orígenes, houve uma mudança no conceito do “Reino de Deus”, que, ao invés de ser o tipo de realidade histórica, social, coletiva que Jesus pregou, passou a centralizar-se na sua pessoa, dispensando o compromisso com a transformação social da realidade, na luta contra o anti-reino e na defesa dos pobres;

2 – A identificação da Igreja com o “Reino de Deus”. De acordo com o Concílio Vaticano II: “A Igreja, ou seja, o Reino de Cristo já presente em mistério, pelo poder de Deus cresce visivelmente no mundo”. (LG 3) A Igreja não é o “Reino de Deus”, mas sua servidora por princípio, e suas realizações internas devem ser sinal do reino na história.

3 – O reino é deslocado para o além ou para o interior, para fora da história e para o esotérico. Deste modo se desistoriciza e não se mantém a relação entre “Reino de Deus” e a libertação dos pobres.

A contribuição dos teólogos para a redescoberta da mensagem escatológica de Jesus, para a volta da exegese e a problemática do “Reino de Deus” criou condições para que o Concílio Vaticano II pudesse definir a Igreja como “Reino de Deus” já presente em mistério (LG 3) e ao mesmo tempo como Igreja que deve, com todos os membros servir o “Reino de Deus” pela proclamação da Palavra (LG 35), pela assistência múltipla e pela prática diária da caridade (LG 36).<sup>75</sup>

No Novo Testamento existem conjuntos de realidades (graça, espírito, liberdade, justificação) que recebem um status teologal, enquanto os elementos concernentes ao reino (pobres, libertação, pecado estrutural) não alcançam esse nível, sendo mantidos no campo ético ou espiritual. Esquece-se que os pobres, em sua realidade teologal: “são os privilegiados de Deus”.<sup>76</sup> Neste sentido a missão da Igreja deve ser como a de Jesus: boa notícia para os pobres, evangelização e denúncia, anúncio da “Palavra” e realização histórica da libertação.

<sup>74</sup> Cf. PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1982. p. 41-42.

<sup>75</sup> CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium*. Constituição Dogmática sobre a Igreja. 18 ed. São Paulo: Paulinas 2005.

<sup>76</sup> SOBRINO, Jon. *A fé em Jesus Cristo. Ensaio a partir das vítimas*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 493-494.

Segundo Jon Sobrino, a centralidade do “Reino de Deus” só foi teoricamente recuperada após o Concílio Vaticano II e de forma concreta na Conferência do Episcopado Latino Americano realizada em 1968, em Medellín, na Colômbia, cujo avanço fundamental constituiu em afirmar a “opção pelos pobres”<sup>77</sup>; que constituiu a base daquela que foi chamada de Teologia Latino-americana ou Teologia da Libertação.

### **3.2 – O Concílio Vaticano II e o conceito de Reino de Deus na Teologia Libertação**

O ponto de destaque da Teologia latino-americana ou Teologia da libertação é a articulação daquilo que é a afirmação da fé, com o contexto vital, por isso ela também é conhecida como “Teologia do contexto”. Em termos de Cristologia, ela articula o centro do cristianismo que é o mistério pascal, com o contexto político, econômico, social dos povos na história.

A partir dessa realidade contextual é que os diversos temas da Cristologia vão se articular: morte e ressurreição de Jesus para

Cristologia; comunidades eclesiais de base (CEBs) para eclesiologia; a questão da salvação e libertação para a soteriologia e a mística do Reino de Deus.

A Teologia da libertação valoriza a humanidade de Jesus, não apenas corporalmente, mas principalmente pelo “*sitz in leben*” no qual Jesus viveu, a fim de compreender o significado da sua prática e de seu comportamento. Também nesse mesmo sentido, compreendemos a valorização da nossa humanidade e do nosso contexto histórico.<sup>78</sup>

Diante disso, surgem duas noções cristológicas básicas: a que se refere a Jesus, e a proclamação do “Reino de Deus”. O anúncio do “Reino de Deus”, entendido em referência ao contexto no qual ele se insere, não apenas escatologizado, mas um reino a partir das perspectivas apocalípticas e proféticas em vista da salvação. É o “já” e o “ainda não” da plenitude do reino.<sup>79</sup>

Jesus é o proclamador e instaurador do “Reino de Deus”. A noção de “Reino de Deus” é determinante para Jesus. Ela também é fundamental para vivermos no cristianismo a noção de seguimento de Jesus e de fazer parte do seu discipulado.

---

<sup>77</sup> DS 4494.

<sup>78</sup> Cf. MANZATTO, Antonio. Cristologia Latino-americana. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia Latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 34-36.

<sup>79</sup> Cf. SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador. Volume 1. A História de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 165.

O seguimento de Jesus é uma importante matriz latino-americana; sendo que, não é uma ideia que se coaduna com a afirmação da imitação de Cristo. A proposta do seguimento não se trata de repetir comportamentos de Jesus, e sim atualizar seus significados, trazendo-os para nossa realidade contextual e histórica em vista do anúncio do Reino de Deus.

A Cristologia latino-americana, ou da libertação, é fruto da teologia do Vaticano II. Em termos estritamente teológicos e cristológicos, o Vaticano II é tradicional, sua renovação é mais eclesiológica. Em termos cristológicos, vai reafirmar o Concílio de Calcedônia na doutrina da união hipostática e, a partir daí, entender o que significa a pessoa de Jesus e sua ação.

A novidade no Vaticano II é a inserção do termo “*história*” também em Cristologia. A categoria “*história*” dá a ideia de processo, sendo que, até então, a ideia eclesiológica era a de completude.<sup>80</sup>

Na Cristologia, a inserção da categoria “*história*” faz com que se repense a pessoa e ação de Jesus. Daí a relevância do seu “*sitz in leben*”, do desenvolvimento de sua vida; porque, se de um lado ele é Filho de Deus, por outro lado, ele é o Salvador e, se a categoria de história chama a salvação, então a salvação adquire também formas de história.

Na medida em que a pessoa de Jesus se encarna, a salvação também se historiciza e, a partir daí, não se pode simplesmente escatologizá-la, mas se faz necessário trazê-la para a atualidade. São esses elementos que vão dar origem ao movimento da Teologia da libertação. A marca da Teologia da libertação é essa marca histórica e, por isso, a Teologia da libertação é fruto do Concílio Vaticano II.

O Concílio foi bem recebido no Continente latino-americano, não houve grandes resistências ao Concílio, sobretudo porque ele chegou via Conferência de Medellín no ano de 1968 e depois pelas Conferências latino-americanas que se seguiram, confirmando uma linha de aplicação da proposta pastoral eclesiológica do Concílio Vaticano II. Nesse sentido afirmou Pedro Carlos Cipolini em sua obra, *Eclesiologia latino-americana*:

“A eclesiologia de Medellín e Puebla vê a Igreja como “sacramento da salvação-libertação integral”, e com isso busca superar o reducionismo sobrenatural que reduz a salvação ao âmbito sobrenatural, supramundano, e ao reducionismo eclesiocêntrico, o qual, identificando a Igreja com o Reino, reduz a salvação ao âmbito interno da Igreja. A Igreja tem de ser sacramento de uma salvação total, integral, definitiva, que ocorre na história como algo que na mesma história é maior e transcende a história”.<sup>81</sup>

<sup>80</sup> Cf. MANZATTO, Antonio. Cristologia Latino-americana. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia Latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 27.

<sup>81</sup> CIPOLINI, Pedro Carlos. Cristologia Latino-americana. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia Latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 91.

Nesta linha pastoral, as Comunidades Eclesiais de Base (Cebs) se organizaram utilizando o método: Ver - Julgar - Agir, desenvolvido em anos anteriores pela Ação Católica, e ajudaram a implantar as reformas e transformações do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo em que a teologia do Vaticano II fundamentava a organização das Cebs e também junto com elas a opção pelos pobres.

No Continente latino-americano, a Igreja dos pobres tornou-se central, criando a necessidade de uma nova consciência teológica preocupada com uma evangelização que produzisse a libertação integral do ser humano, na luta pela justiça e na construção da paz social num continente marcado pela violência e pela injustiça. A Teologia da Libertação insiste na vida como conteúdo histórico do reino, porque “pobreza”, no Terceiro Mundo, significa proximidade da morte.<sup>82</sup>

A Teologia da libertação é fundamentalmente uma teologia prática, daí a noção de uma orto-prática. Essa prática dos cristãos não deve ser alheia às questões sociais, mas uma prática correta que deve influir na sociedade, na medida em que ela re-significa as ações de Jesus trazendo-as para a atualidade em vista da libertação dos pobres.

O termo libertação já aparece em 1971, na obra de Gustavo Gutierrez, intitulada de *Teologia da Libertação: Perspectivas*.<sup>83</sup> Nessa o autor afirma que “a morte antes do tempo”, que acompanhou a dominação colonial do século XVI, que trunca o direito à vida e que está presente desde o início como componente essencial da ordem social, mantém-se até hoje, revestindo-se de novas formas e perseguindo os que se levantam contra ela. Para ele, caracterizar a situação dos países pobres como dominados e oprimidos leva a falar de uma libertação econômica, social e política, isto é, libertação de tudo o que limita ou impede ao homem a realização de si mesmo, de tudo que trava o acesso à sua liberdade ou ao exercício dela.

Na sequência temos Leonardo Boff, com a obra: “*Jesus Cristo libertador*”<sup>84</sup> do ano de 1972, que coloca o Cristo como figura central. Nesse horizonte germina uma cristologia da libertação como elemento articulador e a serviço da Teologia da Libertação nascente.

Outra das figuras mais marcantes é Jon Sobrino, de El Salvador. Segundo o autor, embora se reconheça que a democracia tenha nos trazido liberdades cidadãs e políticas, estado de direito, bens culturais, impulsos para uma sociedade participativa e desenvolvimento, ela

<sup>82</sup> Cf. PIMENTEL, Ivany Dantas. *Aspectos Histórico-Teológicos da Pregação de Jesus sobre o Reino de Deus*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado, 2010. p. 95.

<sup>83</sup> Cf. GUTIÉRREZ, G. *Teologia da libertação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 85.

<sup>84</sup> BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador: ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo*. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.89.

não foi capaz de configurar um mundo no qual todos os homens possam viver com justiça, verdade, dignidade, liberdade e fraternidade.

Aos poucos, a democracia que começou como modo mais humano de exercer a soberania foi se convertendo em componente de uma sociedade egoísta e sem idealismo: um instrumento para produzir e apropriar-se do produzido segundo interesses. Há uma tendência a utilizar os direitos humanos de modo ideológico, colocando-os a serviço dos interesses de indivíduos e grupos, em detrimento do ser humano e de seus direitos. Os privilégios das minorias e dos poderosos muitas vezes são colocados inclusive acima dos direitos das majorias.<sup>85</sup>

Também na linha da teologia da libertação, outro Jesuíta importante é Juan Luis Segundo, cujo tema central é a reflexão sobre a fé em Jesus, que liga o cristão às práticas de Jesus e às suas próprias práticas, no sentido de compreensão da libertação também em termos políticos, e não só em termos espirituais.

Sintetizando, em termos de Teologia latino-americana, o essencial:

1- Compreensão da pessoa e da ação de Jesus, no sentido de buscar uma imagem de Jesus ligada à sua história, ou seja, a busca do Jesus histórico.

2- Reflexão que seja relevante para a América Latina, com a preocupação com a libertação dos pobres, na medida em que a maior parte do continente sofre pela dominação do sistema injusto que ali está implantado.

O “Reino de Deus” é o mundo que Deus quer, não apenas um reino escatologizado, mas historicizado para ajudar a humanidade a viver. O “Reino de Deus” não é apenas uma expressão na boca de Jesus, mas o centro de seu agir e de sua prática. Por isso, Ele não anuncia simplesmente a chegada do céu, mas a chegada do reino, não é apenas a salvação das almas que vão para o céu, mas a salvação dos pobres, que tem suas vidas transformadas.

Nós somos seguidores de Jesus não apenas pelo que afirmamos crer, por fideísmo, mas somos aqueles que seguem Jesus como mestre, sendo assim, os valores não são determinados por mim, mas por ele, sou discípulo e aprendo a viver pelo comportamento de Jesus. Ser discípulo não é privilégio, mas, sobretudo uma missão em vista do Reino de Deus.

A missão compreendida neste horizonte parte de práticas históricas. Então para ser seguidor de Jesus tem que valorizar o contexto em que se vive.

---

<sup>85</sup> Cf. SOBRINO, Jon. Crítica às democracias atuais e caminhos de humanização a partir da tradição bíblico-jesuânica. In: *Concilium*. Petrópolis: Vozes nº 322. 4/2007. p. 77.

Neste sentido a prática do cristão não é simplesmente religiosa, mas uma prática comprometida com o contexto social.<sup>86</sup> Por isso, a prática dos cristãos é libertadora, tem compromisso de realizar a transformação do mundo. Cristianismo não é para consolar na opressão, mas para libertar da escravidão.

A proclamação da Teologia da libertação parte da afirmação de que a conversão não é apenas do coração ou meramente um procedimento espiritual, todavia é preciso transformar as estruturas injustas da sociedade; e, nesse sentido, uma espiritualidade da ação e do cotidiano e não apenas desencarnada da história.

Do ponto de vista histórico, a Teologia da Libertação provocou grandes transformações no Continente latino-americano. Ela fez com que as sociedades latino-americanas se modificassem, principalmente na luta pelo restabelecimento das democracias, na medida em que formou muitos líderes nos países latino-americanos.

Aproximando fé e vida, na noção de ortopraxis foi que se conseguiu transformar muito da realidade. O compromisso pelos pobres que foi efetivamente vivido pela Igreja latino-americana custou a vida de muitos mártires, e ainda é vivido em muitos ambientes efetivamente.

É claro que a transformação da realidade latino-americana não deve ser atribuída exclusivamente como fruto da ação dos cristãos e da Teologia da libertação, todavia a Teologia da libertação contribuiu de maneira ativa e eficaz neste movimento.

### **3.3 - O Reino de Deus segundo Jon Sobrino**

Buscar uma definição exata para aquilo que Jesus chamou de “Reino de Deus”, não é fácil, pois nem o próprio Jesus, que tantas vezes utilizou essa expressão, nunca o definiu com precisão. Como afirma Walter Kasper: “Jamais nos disse Jesus expressamente o que é esse Reino de Deus. A única coisa que disse é que está próximo”.

Para que possamos nos aproximar do conceito de “Reino de Deus”, é necessário estabelecer um método, ou seja, estabelecer “vias” de acesso para melhor conhecê-lo. As diversas Cristologias sistemáticas atuais, quando abordam o tema biblicamente, e fazem-no

---

<sup>86</sup> Cf. MANZATTO, Antonio. Cristologia latino-americana. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007. p.40.

utilizando-se de distintas vias que podemos denominar: 1) a via nocional 2) a via da práxis de Jesus 3) a via do destinatário do Reino.<sup>87</sup>

É muito importante ressaltar que essas diferentes vias não se excluem, mas são complementares, destacando-se ora uma, ora outra. O suporte de sustentação da teologia atual para a determinação do conceito de “Reino de Deus” não consiste especialmente em apenas novas pesquisas e descobertas bíblico-exegéticas, mas sim em mostrar e insistir no perigo que há na limitação e gravidade de se considerar somente uma via, esquecendo-se das demais.

A partir do pensamento de Jon Sobrino, passaremos a analisar cada uma dessas vias, sublinhando os aspectos que mais especificamente insistem a teologia atual, sobretudo a Teologia da Libertação.

### 3.3.1 - A Via Nocional

A via nocional procura verificar o que foi o “Reino de Deus” para Jesus, a partir da experiência que o próprio Jesus podia ter dele. Analisando as diversas concepções de “Reino de Deus” do Antigo Testamento, como fizemos no capítulo 1 deste trabalho, e nos contemporâneos de Jesus (João Batista, fariseus, essênios, zelotas, grupos apocalípticos entre outros), é possível perguntar o que Jesus pensou deste reino. A síntese dessas análises, dita em termos formais só pode ser esta: Jesus anunciou uma utopia, algo bom e salvífico que se aproximava.

Jesus muitas vezes utilizou a expressão “Reino de Deus”, mas nunca disse com exatidão o que é esse reino. É bem provável que as pessoas soubessem exatamente a que Jesus estava se referindo, pois parecia que “Reino de Deus” era um termo de alto contexto mencionado no Novo Testamento, não havendo necessidade de esclarecer os detalhes, pois todos conheciam essa referência.<sup>88</sup>

O “Reino de Deus” para os ouvintes de Jesus significava a realização de uma esperança no final do mundo, de superação de todas as alienações humanas, da destruição de todo mal físico, moral, do pecado, do ódio, da divisão e da morte. Eles acreditavam que Deus interviria em breve neste mundo para sanar em seus fundamentos toda a criação e instaurar o novo céu e a nova terra.

---

<sup>87</sup> Cf. SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador. Volume 1. A História de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 108.

<sup>88</sup> Cf. MALINA, Bruce J. *O Evangelho social de Jesus. O reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. São Paulo: Paulus, 2004. p. 11-13.

Essa utopia é o centro da pregação de Jesus que ele promete não mais ser utopia, mas realidade a ser introduzida por Deus. O “Reino de Deus” não será outro mundo, mas o velho mundo transformado em novo. Significa a libertação do pecado e do seu significado para o homem, a sociedade e o cosmos.<sup>89</sup>

O verdadeiro problema está no modo como se concretiza essa noção de “Reino de Deus”, e aqui reside a importância que se atribui ou não às demais vias. Quando essas não se encontram efetivamente atuantes nas investigações, o “Reino de Deus” pode transformar-se em algo distante, vago, abstrato. Isto não significa que o “Reino de Deus” não possua, com efeito, aquelas características que dele já mencionamos, ou seja, algo bom e salvífico.

Todavia, somente essas demonstrações não são suficientes para conhecermos concretamente o que foi o “Reino de Deus” para Jesus. Além de serem perigosas, se consideradas apenas em segundo plano, ou desconectadas de outras referências que Jesus quis empregar, para dizer o que era o “Reino de Deus”. Para melhor esclarecer tudo o que foi dito anteriormente, vejamos dois exemplos:

No primeiro deles, Jon Sobrino apresenta a concepção de “Reino de Deus” aceita por Walter Kasper, que o adota como a mensagem central de Jesus, seu caráter escatológico e teológico, e conclui que o “Reino de Deus” é salvação que se efetua através do amor de Deus que se auto-comunica. No amor, o homem e o mundo encontram sua plenitude. Ele acredita que na obra de Walter Kasper o “Reino de Deus” deixa de ser concreto e perde a sua centralidade.

A resposta do que é este “Reino de Deus” é aqui sistemática, porém, supõe-se que se recorra às análises que se extraem dos Evangelhos. Sendo esta a realidade objetiva do “Reino de Deus”, isto é, o amor, então o anúncio de sua chegada, para Walter Kasper é o seguinte:

“Cada indivíduo pode esperar que o amor seja o último e o definitivo, que seja mais forte que a morte, que o ódio e a injustiça. A mensagem da chegada do “Reino de Deus” representa, pois, uma promessa para tudo o que se realizará pelo amor no mundo: o que se realizará pelo amor terá consistência para sempre contra toda a aparência, além do mais, é o único que permanece para sempre”.<sup>90</sup>

Quando esperamos algo mais concreto acerca do que é essa salvação, Walter Kasper nos responde:

“Em consequência podemos dizer: a salvação do “Reino de Deus” consiste em que chega a imperar no homem e pelo homem o amor de Deus que se auto-

<sup>89</sup> Cf. BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 40.

<sup>90</sup> Cf. KASPER, Walter. *Jesus, El Cristo*. Trad. Severiano Talavero Tovar. Salamanca: Sigueme, 2002. p. 45.

comunica. O amor se manifesta como o sentido do ser. Somente no amor encontram a plenitude o mundo e o homem”.<sup>91</sup>

No segundo exemplo vejamos a concepção do “Reino de Deus” na obra de Wolfhart Pannenberg, enquanto salvação, na qual, diante do anúncio da aproximação do “Reino de Deus”, o homem se vê obrigado a sair de sua segurança cotidiana e abrir a sua existência para Deus de forma incondicional. O “Reino de Deus” é salvação porque, ao estar chegando, embora não atinja a sua plenitude na história, permite aos homens atingir a sua própria essência e viver como verdadeiros seres humanos.

Por estes dois exemplos, observamos que a via nocional, praticamente isolada, traz consigo graves limitações e perigos; parece envolver o “Reino de Deus” em um conceito, que corresponde aquilo que previamente se havia decidido ser ele. Tal ameaça é sempre, em termos, inevitável e não é possível superá-la por completo. Contudo, o que auxilia a concretizar a precipitada universalização do conceito de “Reino de Deus” e a superar o que seja o próprio interesse no qual se encaminha a sua determinação, é a consideração das outras vias.

### 3.3.2 – A Via da Práxis de Jesus

A via da práxis de Jesus demonstra o que é o “Reino de Deus” a partir daquilo que Jesus realizou. Como afirma Schillebeeckx: “O conteúdo concreto do Reino de Deus surge de seu ministério e atividades consideradas como um todo”.<sup>92</sup> Essa opção metodológica está claramente justificada por aquilo que tange àquelas ações de Jesus, que o próprio Jesus relacionou ao “Reino de Deus”, seja de modo explícito como curas, expulsão de demônios, ensinamentos por parábolas, seja de modo implícito como no caso dos alimentos. O fato de Jesus aparecer relacionado com o “Reino de Deus” não implica em uma identificação total. É sinal de que o “Reino de Deus” chegou, não de que chegou Jesus.<sup>93</sup>

É importante destacar que Jesus realizou muitos gestos e ações, e que de forma alguma ficou de braços cruzados pela vinda do “Reino de Deus”. Segundo Oscar Cullmann: Nem

<sup>91</sup> Cf. KASPER, Walter. *Jesus, El Cristo*. Trad. Severiano Talavero Tovar. Salamanca: Sigueme, 2002. p. 48.

<sup>92</sup> SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus, a História de um Vivente*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 102.

<sup>93</sup> Cf. SOBRINO, Jon. O reino de Deus e Jesus. Compaixão, justiça e mesa compartilhada. In: *Concilium*. Petrópolis: Vozes. n. 326. 2008/3.

mesmo num curto prazo de espera pela proximidade do fim, pode Jesus aceitar a situação de seu mundo.<sup>94</sup>

Ele não ensinou essa atitude de passividade a seus discípulos e ouvintes, mas, ao contrário, suas ações e atitudes são, a todo instante, um convite, um chamado, um apelo e mesmo uma ordem para que todos sigam o seu exemplo e façam as atitudes do Mestre.

A prática de Jesus a serviço do “Reino de Deus” é plausível a priori, pois de acordo com o profeta Isaías, e também na concepção de Lucas, o anúncio da “boa nova”, conteúdo específico do “Reino de Deus”, segue acompanhado, por essência, de um “fazer”.

Todavia só será boa essa notícia na medida em que se realize a libertação dos oprimidos. Porém, não somente a priori; junto ao resumo programático do anúncio do “Reino de Deus” surgem, desde já, os resumos de suas atividades. Como nos mostra o Evangelho de Marcos: “Jesus curou a muitos que adoeciam de diversas enfermidades e expulsou a muitos demônios”. (Mc 1,34) Ou então: “Jesus percorria toda a Galiléia pregando em suas sinagogas e expulsando demônios”. (Mc 1,39)

Os milagres como sinais do “Reino de Deus” são, antes de tudo, salvação, realidades benéficas e libertadoras que geram alegria pelo benefício diante da opressão e esperança no libertador. Ajudam a compreender o “Reino de Deus”, porque o afirmam como salvação concreta e por isso plural.

Deus salva das necessidades imediatas sem explicar de quais necessidades o “Reino de Deus” pode salvar. Após a ressurreição, os milagres não são postos em evidência nos escritos do Novo Testamento, uma vez que são considerados pequenos em comparação à grandiosidade que se esperava proveniente do “Reino de Deus” e, por isso, não foram compreendidos por todos, mas somente por aqueles que necessitam de “salvação” em sua vida cotidiana.

Quando Jesus acolhia os pecadores, não somente os aceitava com bondade em sua companhia, mas acolhia os excluídos pela sociedade vigente, e os oprimidos pelo sistema religioso. Os milagres e os sinais de Jesus acontecem não somente como satisfação de necessidades, mas também como sinais de salvação e libertação.

---

<sup>94</sup> Cf. CULLMANN, Oscar. Jesus e os revolucionários de seu tempo. Trad. Cássio Gomes. Petrópolis: Vozes. 1972. p. 19.

### 3.3.3 – A Via dos Destinatários

A terceira via para determinar o que é o “Reino de Deus”, já de alguma forma delineada na segunda, é a via do destinatário do reino. Ao evidenciá-la, parece ser o suporte metodológico mais peculiar à Teologia latino-americana. Seu pressuposto fundamental é que o conteúdo e os destinatários do “Reino de Deus” se esclarecem reciprocamente, ainda mais quando o destinatário não está determinado de maneira imprecisa e indiferenciada, mas sim de maneira objetiva, e principalmente quando é possível saber a razão pela qual é destinatário do “Reino de Deus”.

Ao realizar a análise dos destinatários do “Reino de Deus”, torna-se concreto o que seja a utopia e a salvação, e também se evidenciam os valores que vão contra o “Reino de Deus”; ou seja, o “anti-reino”, de tal forma que não se possa intercambiar qualquer concepção dela, porque o destinatário é concreto. O Deus do reino é um Deus que deseja a vida dos pobres e os liberta do anti-reino. A determinação exegética dos destinatários do “Reino de Deus” já o fez a exegese com antecedência à Teologia latino-americana, embora outras teologias sistemáticas não tenham percebido suas consequências.

Joachim Jeremias, a exemplo, já demonstrava lucidamente pelos anos 70 quem eram os destinatários do “Reino de Deus” ao afirmar: “O ‘Reino de Deus’ pertence unicamente aos pobres.”<sup>95</sup> Na primeira Bem-Aventurança, a salvação está destinada unicamente aos pobres e pecadores. Nada há de mais claro, nenhuma palavra é mais objetiva. Esses pobres referidos como os destinatários do “Reino de Deus” são os mencionados na primeira Bem-Aventurança de Lc 6,20, e aqueles a quem se anuncia a boa nova em Mt 11,5 e Lc 7,23.

O mesmo autor sistematiza o significado dos pobres em uma dupla hermenêutica: são os oprimidos pela sobrecarga da vida e os desprezados e marginalizados pela sociedade. Embora não seja fácil sintetizar em um conceito unívoco, ambos os significados deixam evidente que os pobres significam aqui uma realidade histórica. Aqueles para quem a vida ou o viver tornou-se uma dura carga por razões histórica, econômica, política, religiosa e social.

Em todo caso, os pobres enquanto destinatários primários do “Reino de Deus” não o são porque o queiram interiormente e, certamente, também não o são porque simplesmente são seres humanos e limitados; portanto, uma vez que a sua existência ocorre quase sempre por razões históricas em decorrência da injustiça; uma realidade política com um potencial conflitivo e transformador para a sociedade e uma realidade dialética: “Há ricos porque há

<sup>95</sup> Cf. JEREMIAS, J. *As Parábolas de Jesus*. 10 ed. São Paulo: Paulus, 2007. p. 58.

pobres e a pobres porque há rica”, verdade bíblica e histórica fundamental que foi proclamada em Medellín e Puebla.

A condição social assumida pelo Verbo de Deus foi a de um pobre. A pobreza concreta não é em Cristo uma determinação acidental. Ao contrário, a condição de pobreza do Cristo faz parte do mistério de sua “*kenosys*” (Fp 2,6) A manifestação de Deus na forma de um pobre constituiu um traço original da revelação cristã. Por essa razão o Deus cristão não se entende sem o pobre, o indefeso, o desprezado, isto é, o necessitado. Portanto a pregação evangélica jamais poderá dissociar o anúncio de Jesus Cristo da proclamação aos pobres de sua libertação.<sup>96</sup>

A determinação evangélica do “Reino de Deus” é sumamente importante para a fé. Entretanto, por si só, não oferece um conceito sistematizado do que seja o “Reino de Deus” para nós na atualidade. Nossa teologia latino-americana que, à diferença de outras, procura manter o “Reino de Deus” como eixo central de sua ação, pondera que o conceito sistemático de “Reino de Deus” deve ater-se sim ao conceito evangélico, pois isto é necessário, mas não o suficiente.

Segundo Leonardo Boff:

“O Evangelho convida a fantasia criadora a elaborar ideologias nascidas não de uma magnitude a priori, senão da análise e dos desafios de uma situação, em função de um projeto libertador. Ante isto, o cristão, em sua fé, não deve temer assumir uma decisão concreta, com os riscos de fracasso, que implica decisão que pode ser a vinda historicamente mediatizada do reino. Por isso pode, dia após dia, suplicar ardentemente: “venha a nós o teu reino”. Nem a fé, nem a Igreja sabem de antemão qual será a configuração concreta de tal decisão”.<sup>97</sup>

Nesta citação anterior, Leonardo Boff rechaça uma formulação absoluta do “Reino de Deus”, destaca a importância e também os riscos de torná-lo histórico. Contudo, exige que haja alguma ideia do que o “Reino de Deus” possa significar hoje, alguma perspectiva, desde que a resposta aos desafios atuais possa ser entendida como realização, ainda que efêmera, do “Reino de Deus”.

Em suma, o “Reino de Deus” deve ter incidências reais na história da humanidade. Ele é uma realidade “histórica”, e não uma realidade “meta-histórica” e, por conseguinte, devemos pensar o “Reino de Deus” para o presente, no hoje, no aqui e agora da história. Claro que esta perspectiva não esvazia a esperança do “Reino de Deus” também no que diz respeito ao plano escatológico. Este também é evidente. Mas quer apontar para a responsabilidade

<sup>96</sup> Cf. PIXLEY, Jorge; BOFF, Clodovis. *Opção pelos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 132-134.

<sup>97</sup> BOFF, Leonardo. Salvação em Jesus Cristo e processo de libertação. In: *Concilium*. Petrópolis: Vozes, 1974.

atual dos homens e mulheres na transformação da sociedade. É comum que a alegria da notícia de uma sociedade a ser permeada pela justiça irrompa entre os pobres e não seja percebida pelos ricos.<sup>98</sup>

A ação do “Reino de Deus” visa diretamente à transformação de toda a sociedade, de todo o povo. Tal ação, principiada por Jesus, quer superar a salvação individualista. O “Reino de Deus” emerge como boa notícia frente à existência de realidades cruéis e injustas, isto é, frente ao que é contrário ao reino: anti-reino, e ao poder do mundo. Em meio a tantas calamidades e distorções históricas, o “Reino de Deus” se apresenta como fonte de alegria e de esperança, como aquilo que sempre aponta para um “algo mais”.

### 3.4 – O Reino de Deus e a V Conferência de Aparecida

No mês de Maio de 2007, realizou-se no Brasil, na cidade paulista de Aparecida, a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. A Conferência de Aparecida marca uma nova etapa na vida da Igreja, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II, de Medellín e Puebla, dando continuidade e, a um só tempo, repassando o caminho de fidelidade, renovação e evangelização da Igreja latino-americana.

A proposta da conferência é a de resguardar e nutrir a fé do povo de Deus e relembrar, do mesmo modo, aos fiéis desse imenso continente que, em razão de seu batismo, são convidados a serem discípulos e missionários de Jesus Cristo, a fim de que todos os povos tenham vida através d’Ele.<sup>99</sup>

A todos os cristãos cabe recomeçar a partir de Cristo, causa e origem de todas as coisas, fonte de água viva que jorra para a vida eterna (Jo 4,10-15) que faz novas todas as coisas. (Ap 21,6). Reconhecendo que não se faz um cristão apenas por uma ética, mas sim pelo encontro íntimo com “Jesus Cristo”, que concede a salvação, um rumo decisivo,<sup>100</sup> e que nos impulsiona à missão do anúncio da Boa Nova que possui destinação universal.

A Igreja professa que, por meio da revelação do Pai no Filho, e pela experiência humana dessa fé, o homem encontra seu destino final. Portanto, toda verdade e amor na vida humana vêm de Deus, clama por Ele e se encaminha para Ele.<sup>101</sup>

<sup>98</sup> Cf. PIMENTEL, Ivany Dantas. *Aspectos Histórico-Teológicos da Pregação de Jesus sobre o Reino de Deus*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado, 2010. p. 99.

<sup>99</sup> CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, Paulus, 2007. Cf. DAp. 328.

<sup>100</sup> Cf. BENTO XVI. *Deus Caritas est*. São Paulo: Paulus, 2001.

<sup>101</sup> CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, Paulus, 2007. Cf. DAp 380.

“O prazo se cumpriu. O ‘Reino de Deus’ está próximo. Convertam-se e creiam no Evangelho”. (Mc 1,15) A voz do Senhor continua a ressoar nos chamando a sermos discípulos e missionários para a construção do “Reino de Deus”. Jesus é o “Reino de Deus”, que busca demonstrar toda a sua força de renovação através da Igreja na sociedade.

O Espírito Santo pôs a semente do “Reino de Deus” em nosso batismo, fazendo-o crescer e vicejar pela graça da conversão permanente, graças à Palavra de Deus e aos sacramentos. São sacramentos do “Reino de Deus”: a vivência pessoal e comunitária das Bem-Aventuranças, o conhecimento e a obediência da vontade do Pai.<sup>102</sup>

A Igreja conclama para a missão, a qual todos são chamados: “a sermos discípulos e missionários de Jesus Cristo”. Atender a esse chamado: leva-nos a assumir evangelicamente a partir da perspectiva do ‘Reino de Deus’ as tarefas prioritárias que contribuem para a dignificação do ser humano e trabalhar junto com os demais cidadãos e instituições para o bem do ser humano. “É urgente criar estruturas que consolidem uma ordem social, econômica e política na qual não haja iniquidade e onde haja possibilidades para todos”.<sup>103</sup>

O discípulo e missionários de Jesus Cristo se dispõem ao seu seguimento, a partir da perspectiva do reino, que luta pela dignidade do ser humano. E a trabalhar em comum acordo com os demais homens e instituições para o efetivo cumprimento dessa missão. Esse seguimento exige uma entrega incondicional que renuncia tudo aquilo que possa impedir a dedicação ao serviço do reino.<sup>104</sup>

Nesse sentido, o discípulo missionário acolhe o dom da pessoa de Jesus Cristo, iluminado pela sua práxis. Ele que viveu, em seu contexto a realidade dos pobres e pecadores e dessa vivência interpretou a experiência que ele mesmo fazia do Pai no Espírito Santo.

Do fundo dessa experiência, anunciou o “Reino de Deus” como boa nova para os pobres: “Felizes de vós, pobres, porque vosso é o “Reino de Deus”. (Lc 6,20.) A experiência de Deus nos pobres ocorre no encontro com Jesus no Espírito. O sólido alicerce da Trindade é que mantém a autêntica proposta do encontro com Jesus Cristo. A experiência de Deus toca o homem no seu âmago em sentido total, transcendente e último da vida, provocando a conversão e o compromisso.<sup>105</sup>

<sup>102</sup> CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, Paulus, 2007. Cf. DAp 383.

<sup>103</sup> Idem. DAp. 384.

<sup>104</sup> Cf. BOMBONATO, Vera Ivanise. Nos caminhos de Jesus de Nazaré. In: *Revista de espiritualidade inaciana*. N. 69 set/2007. P. 21-31. Ano 17. p. 28.

<sup>105</sup> Cf. LIBANIO, J. B., Formação dos Discípulos e Missionários. In: *Revista Vida Pastoral*. Julho-Agosto/2008.

O amor misericordioso para com todos aqueles que têm vilipendiadas suas vidas em qualquer uma de suas dimensões, como ensina Jesus em seus inúmeros gestos de misericórdia, urge para que atendamos e prestemos assistência às suas necessidades fundamentais. Ao mesmo tempo em que se trabalhe também com outros organismos e instâncias da sociedade, para unir esforços e assim organizar estruturas mais justas, seja nos âmbitos nacionais ou internacionais, de acordo com a proposta do “Reino de Deus”.

Faz-se imperioso edificar meios que consolidem uma ordem social, política e econômica na qual não possa haver iniquidades e onde haja chances para todos. Do mesmo modo, priorizem-se novos mecanismos que garantam uma legítima convivência humana, que barrem o orgulho e a prepotência de determinadas pessoas ou setores, e que propiciem o diálogo construtivo para os consensos sociais e da paz.

A misericórdia será sempre elemento essencial, mas não deve, de modo algum, auxiliar para criar sistemas viciosos, que sejam proveitosos para esses mesmos sistemas, ou para o sistema como um todo. Requer-se que as obras de misericórdia sejam seguidas pelo fim de obter-se a genuína justiça social, que vai elevando e dignificando a vida dos cidadãos, promovendo-os como sujeitos de sua própria vida e desenvolvimento.

Sabemos que a ordem justa da sociedade e do Estado é tarefa que cabe principalmente à política, e não à Igreja. Contudo, a Igreja não pode e nem deve colocar-se à margem da luta pela justiça. Ela deve colaborar aclarando a razão, escoimando-a de todos os dados que impedem a realização de uma verdadeira libertação.

Incumbe ainda à Igreja colaborar com a pregação, a catequese, a denúncia e o testemunho de amor e de justiça, para que se avivem na sociedade as forças espirituais necessárias e cresçam os valores sociais. Desse modo, as estruturas serão realmente mais justas, podendo ser mais eficazes e permanecer no tempo. Sem estes valores não há futuro, e também não haverá estruturas salvíficas, posto que nelas sempre se encontre subjacente à mísera fragilidade humana.<sup>106</sup>

A Igreja tem como missão própria e específica, transmitir a vida de Jesus Cristo a todas as pessoas, propagando a sua Palavra, ministrando os sacramentos e praticando a caridade. A caridade exige testemunho de vida. (Cf. Mt 7,21; Tg 2,14-26). Os discípulos e missionários de Jesus Cristo tem a tarefa precípua de dar testemunho do amor divino ao próximo com obras concretas.

---

<sup>106</sup> CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, Paulus, 2007. DAp 385.

Todo ser humano existe pela graça de Deus, que o criou à sua imagem e semelhança (Gn 1, 26-27), e por esse mesmo amor o mantém a cada instante. A criação do homem é um ato divino de vida, e sua nascente é o amor misericordioso de Deus, que é o autor e Senhor da vida, e o ser humano, à sua imagem e semelhança é sagrado, desde a sua concepção, ao longo de toda a sua existência, até a sua morte e ressurreição. Assim, pois, a contemplação cristã sobre o ser humano permite apreciar o seu valor que transcende todo o resto do universo. Deus nos mostrou de modo insuperável como ama cada homem, e com isso lhe confere uma dignidade infinita.<sup>107</sup>

A missão cristã a serviço do “Reino de Deus”, para que todos tenham vida em Deus, e vida plena, expressa nossa convicção profunda de que o sentido, a exuberância e a dignidade da vida humana se plenificam na Trindade. Urge a tarefa de evangelizar os nossos povos à vida plena que Cristo nos oferece, consoante à dignidade que Deus lhes concedeu.

Tal atitude deve ser feita com a consciência de que essa dignidade alcançará sua plenitude ao final, quando Deus for tudo em todos. Ele é o Senhor da vida e da história, vencedor do mistério do mal e acontecimento salvador, que nos torna aptos a pronunciar um juízo verdadeiro acerca da realidade que nos cerca, que possa salvaguardar a dignidade das pessoas humanas.<sup>108</sup>

A radicalidade do discipulado e da missão concretiza-se na exigência, da entrega incondicional e da obediência absoluta, que exige uma série de renúncias radicais, a tudo que possa impedir o seguimento de Jesus Cristo. No sentido que se proclame a verdade sobre o ser humano e sobre sua dignidade hoje, em todos os espaços e em todas as instâncias da vida como missão para a construção do Reino de Deus.

### **3.4.1 - A Práxis do Cristão na Vida Pública**

A fidelidade ao Evangelho exige que proclamemos a verdade sobre o ser humano e sobre a sua dignidade hoje, em todos os espaços e em todas as instâncias da vida como missão para a construção do “Reino de Deus”.<sup>109</sup>

Os cristãos que se colocam no seguimento do mestre devem iluminar com a luz do Evangelho e com a sua práxis todos os âmbitos da vida social. A opção preferencial pelos pobres, de raiz evangélica, deve ser o fio condutor de toda essa práxis, e “quando os pobres

<sup>107</sup> CELAM. DOCUMENTO DE APARECIDA. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2007. Cf. DAp 388.

<sup>108</sup> Idem. Cf. DAp 389.

<sup>109</sup> Idem. Cf. DAp 390.

ocupam seu lugar na Igreja, a instituição eclesial fica repleta do Espírito Santo, Pai dos pobres”<sup>110</sup>

Na atualidade, o continente latino-americano, apresenta uma notável ausência, no âmbito político, comunicativo e universitário, de vozes e iniciativas de líderes católicos de forte personalidade e de vocação perene que sejam coerentes com suas convicções éticas e religiosas.

Diante desta dura realidade, se multiplicam as agressões á vida, em todas as suas instâncias, em especial contra os mais inocentes e desvalidos, de pobreza aguda, gerando uma grave exclusão social, corrupção e relativismo ético, entre outros aspectos.

Com o advento da democracia, que valorizou o Estado laico e um relativismo ético, impulsionou fortes poderes, que pretendem refutar toda presença e contribuição da Igreja na vida pública das nações. Há uma pressão para que a Igreja se retire exclusivamente para os templos e serviços religiosos. Consciente da distinção entre comunidade política e comunidade religiosa, base de sadia laicidade, a Igreja não deixará de ser sacramento universal de salvação.

O laicato, chamado á santidade em virtude de sua vocação batismal é enviado a ser fermento na massa para construir uma sociedade que esteja de acordo com o projeto da construção do “Reino de Deus”. A coerência entre fé e vida no âmbito político, econômico e social exige a formação da consciência, que se traduz no conhecimento da Doutrina Social da Igreja.<sup>111</sup>

Por isso, é imprescindível que o cristão se fundamente no seguimento do Senhor que lhe concede a força necessária, não só para não sucumbir diante das insídias do materialismo e do egoísmo, mas para construir ao redor dele um consenso moral sobre os valores fundamentais que tornam possível a construção de uma sociedade justa.

Segundo a Conferência de Aparecida:

“Os bispos querem acompanhar os construtores da sociedade, visto que é a vocação fundamental da Igreja neste setor formar as consciências, ser advogada da justiça e da verdade e educar nas virtudes individuais e políticas. Queremos chamar ao sentido de responsabilidade dos leigos para que estejam presentes na vida pública, e mais concretamente na formação dos consensos necessários e na oposição contra a injustiça”.<sup>112</sup>

<sup>110</sup> CIPOLINI, Pedro Carlos. *Cristologia Latino-americana*. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia Latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 95.

<sup>111</sup> CELAM. DOCUMENTO DE APARECIDA. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2007. Cf. DAp 395.

<sup>112</sup> Idem. DAp 508.

## CONCLUSÃO

Em primeiro lugar, por certeza histórica, prescindindo até mesmo da dimensão de fé, a pregação de Jesus foi aquilo que ele chamou de “Reino de Deus”. Jesus não veio fazer um discurso sobre Deus, nem uma catequese de comportamentos religiosos, morais e nem uma apresentação de si mesmo: Jesus pregou o Reino de Deus e não a si mesmo.

Em segundo lugar, é preciso conferir lateralmente a compreensão de Deus que Jesus tem, ele não fez nenhum discurso direto sobre o ser de Deus. O que Jesus falou foi o “Reino de Deus”. Toda a sua pregação, em todos os detalhes, conduz para esse símbolo, para esse significado “Reino de Deus”. Sendo que a esse símbolo não cabe uma epistemologia definida e acabada.

Essas afirmações implicam que, historicamente somente podemos conhecer o Jesus histórico, ao menos no primeiro momento, a partir do “Reino de Deus”; depois, já num segundo momento, podemos entender o “Reino de Deus” a partir de Jesus. Para Jesus, a expressão “Reino de Deus” é um acontecimento escatológico, pelo qual Deus começa a reinar e agir como rei e pai, que se manifesta na história, pondo fim ao mal e inaugurando um novo mundo no qual ele exercerá seu senhorio, ou sua soberania divina.

Para uma aproximação do Jesus histórico, é preciso compreender a sua ação e seu contexto, porque tudo o que ele fez estava em função do seu “*sitz in leben*”. Quando Jesus falava de “Reino de Deus”, em que Jesus pensava? Está traduzindo o que através dessa ideia?

Podemos ter um caminho de resposta, na medida em que a expressão “Reino de Deus” já existia no tempo de Jesus, não é uma expressão que ele criou. Havia textos e elementos culturais da época de Jesus, suficientes para entender os que ouviam Jesus falar sobre o reino e o que eles pensavam. Sendo assim, pela manifestação da concordância ou discordância de Jesus sobre esses elementos, é possível para construir ao menos em linhas gerais o que Jesus falava quando se referia ao “Reino de Deus”.

Toda práxis de Jesus está situada na Palestina do século I, dominada politicamente pelos romanos desde o ano 63 a.C. Do ponto de vista econômico, a implantação do governo de Herodes suscita grandes construções e grandes latifúndios. A classe dominante são os ricos latifundiários e comerciantes. Religiosamente, o judaísmo da época é dividido em, pelo menos, quatro grandes partidos: saduceus, fariseus, essênios e herodianos.<sup>113</sup>

---

<sup>113</sup> Cf. MANZATTO, Antonio. Cristologia latino-americana. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 36.

Nesse contexto havia muitos pregadores ambulantes e salteadores de caravanas, que manifestavam uma grande insatisfação e revolta frente à dominação romana, através de pregações e por ações de violência. Em termos estritamente culturais do judaísmo, essa manifestação da revolta face à dominação romana se exprime nos quadros da apocalíptica. A apocalíptica é uma matriz fundamental para a compreensão do que seja o “Reino de Deus” na pregação de Jesus.

No ambiente cultural do judaísmo, toda a vida de Jesus e da Igreja dos I e II séculos d.C. estão inseridas no quadro da apocalíptica. Muitos elementos que se afirmam ser do cristianismo, na verdade, são da apocalíptica. Eles são no cristianismo simplesmente a repetição daquilo que a apocalíptica já dizia, quando o evangelista os coloca na boca de Jesus, e a chave apocalíptica permite uma hermenêutica adequada do que Jesus fez e falou.<sup>114</sup>

Em ambiente judaico, a apocalíptica toma o seguinte raciocínio: A promessa de Deus é que Israel seria o povo eleito, e que todos os povos acorreriam para Sião, mas; ao contrário, faz cinco séculos que o povo de Israel vive dominado e explorado por potências estrangeiras.

O Império romano impunha elevadas taxas de impostos que o povo não suportava pagar, e ficava sem nenhum recurso e com dificuldade de sobrevivência, pois tudo era carreado para Roma.

Diante desse contexto, a linguagem apocalíptica diz o seguinte: Este mundo não tem conserto. Ele está contaminado pelo mal e pelo pecado, o que nascer desse mundo está estragado, sua raiz está contaminada. O pecado de Adão penetrou neste mundo e dá os seus frutos. Só tem jeito se Deus chegar com o seu mundo. O mundo de Deus, de justiça e misericórdia, é o mundo que vem vindo, vem do céu vem de Deus para tomar o lugar deste. Este mundo atual vai desaparecer: “Cumpriu-se o tempo e o Reino de Deus está próximo”. (Mt 1,15) Esta noção teológica não é cristianismo, mas apocalíptica.

O mundo de Deus vem pronto, nesse sentido a linguagem é cosmológica, ou seja, fala do cosmos. O mundo físico é interpretado como sinal daquilo que precisa de transformação, que é o pecado. É esse mundo de pecado que acaba, mas, para dizer nesse universo religioso, se usa esse mundo físico como imagem, porém o pecado, nós o sentimos como dominação e exploração.

---

<sup>114</sup> Cf. MANZATTO, Antonio. Cristologia latino-americana. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 42.

Na linguagem apocalíptica o pecado é dominação e, sendo dominação, o mundo visado é o mundo político. A apocalíptica quer mudar a realidade de dominação e opressão a que o povo está submetido e espera a intervenção de Deus. Para tanto, o pecado precisa ser eliminado, porque o pecado é exatamente dominação. Essa dominação se manifesta em estruturas políticas das quais precisamos estar livres, porque são más e pecaminosas, opostas aos desígnios de Deus.

Tão opostas que Deus vai chegar com outra política, outra religião, outro mundo físico, símbolo do mundo social que precisa de transformação: “Eis o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (Jo 1,29), mas que tira “o pecado de dominação” do mundo, que escraviza, produz exclusão social e pobreza.

A apocalíptica continua a tradição veterotestamentária. Muitas das alusões de Jesus ao “Reino de Deus” vão falar dessa realidade, por isso a apocalíptica de um lado é profundamente pessimista ao afirmar que esse mundo não tem conserto, o único jeito é começar de novo. Se, por um lado a apocalíptica é profundamente pessimista, pelo outro é profundamente esperançosa. Ela afirma a esperança da ação de Deus: nós não podemos fazer, mas Deus é fiel e Ele mesmo virá em nosso auxílio. (Sl 70, 2)

Os primeiros cristãos, os seguidores dos apóstolos, pensam teologia em chave apocalíptica, tanto que o título atribuído a Jesus é o de Messias. Assim, na compreensão dos cristãos, Jesus vai realizar as promessas messiânicas. O tribunal de Deus torna-se tribunal do Cristo. Quem julga os vivos e os mortos é o Cristo. A parusia é o sinal que chegou o “Reino de Deus”. Quando os cristãos falam que Jesus ressuscitou, eles estão falando que o último dia chegou: “O véu do Santuário rasgou de cima a baixo”. (Mt 27, 51)

A interpretação do “evento Jesus” deve ser feita em chave apocalíptica, se perdermos essa noção hermenêutica na leitura do texto bíblico: “meu reino não é deste mundo” (Jo 18, 36), a compreensão do significado teológico vira pura espiritualidade. Mas ao Jesus falar a Pilatos: “meu reino não é deste mundo”, está se referindo não a um lugar, mas a um jeito de organizar uma nova sociedade, sem dominação e exploração, baseada na justiça e no direito. Essa palavra de Jesus é profundamente política, e Pilatos manda crucificá-lo por causa disso.

Jesus parte do movimento do Batista,<sup>115</sup> que é tipicamente apocalíptico. Eles têm muitos aspectos em comum nas suas pregações. Todavia no anúncio do Batista, Deus vem para julgar, cabe então vigilância e uma atitude de penitência, enquanto para Jesus, Deus vem

---

<sup>115</sup> SEGUNDO, Juan Luís. *A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré*. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1997.

para salvar, espere atentamente e alegremente a chegada daquele que traz salvação. A conversão é participar do reino e não apenas uma atitude de penitência. Jesus cura não pela ascese, mas por sua “Palavra” de autoridade.

Para Jesus, a aliança é a lei do amor e não rigorismo e legalismo, neste sentido Jesus não separa o Deus que cria do Deus que julga. Penitência não é vista como sofrimento, mas como graça e, por isso, a partilha. Deus não quer castigo Deus quer amor e, neste sentido, é que o Deus de Jesus não é o juiz a quem se deve temer, mas sim o pai amoroso a quem se espera sincera e ansiosamente.

Jesus não anuncia só o reino vindo, mas enxerga de alguma maneira o reino presente através daquilo que ele faz e através das pessoas que ele reúne, por isso, um reino não apenas escatologizado como diz a apocalíptica, mas o reino já presente historicizado: É o “já” e o “ainda não” que se referia Jonh Sobrino. Os milagres e sinais de Jesus mostram isso, aliás, esses elementos são importantes na teologia neo-testamentária. Os milagres e sinais não são para atestar o poder de Deus, mas são sinais de que o reino chegou, são sacramentos do reino, a fim de se começar um novo “eon”.

Nesse sentido a apocalíptica é componente essencial do anúncio de Jesus sobre o reino, mas não é o único da presença do reino. A pregação de Jesus não se esgota nos quadros da apocalíptica, mas também se traduz na matriz chamada profética, que é outra maneira de afirmar e compreender o que é o “Reino de Deus”.

Podemos afirmar que a mensagem central na pregação de Jesus, contida nos Evangelhos, mostra um fato que é de máxima relevância: Ele está a serviço do “Reino de Deus”, que considera como realidade última.<sup>116</sup> Apesar do “Reino de Deus” ser o ponto central na pregação de Jesus, ele nunca definiu tal conceito, de que maneira se manifestaria, e de que forma seria instaurado. Todavia, seu conteúdo concreto se esclarece em toda a sua ação, nas parábolas e nos demais ensinamentos; ou seja, em toda a sua práxis, que suscita o ouvinte à metanoia.<sup>117</sup>

Jesus ligou a expectativa da proximidade do “Reino de Deus” com a salvação universal. Ele vincula a sua pregação do “Reino de Deus” com a cura dos doentes (Mt 4,23), com exorcismos (Mt 12,28), volta-se para pecadores públicos (Mt 21,31), critica a riqueza (Mt 19,23), declara bem aventurados os pobres, os famintos e angustiados (Lc 6,20), e

---

<sup>116</sup> Cf. PIMENTEL, Ivany Dantas. *Aspectos Histórico-Teológicos da Pregação de Jesus sobre o Reino de Deus*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado, 2010. p. 71.

<sup>117</sup> Cf. SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador. Volume 1. A História de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 153-139.

estabelece o senhorio do serviço. (Lc 9,58) Ele liberta a pessoa humana e a devolve a si mesma.<sup>118</sup>

A história é o “locus theologicus”, na medida em que Jesus é o Salvador da humanidade, trazendo a salvação para dentro da história, não de um modo mítico ou mágico, mas a partir da encarnação do Verbo, Ele é o mediador, sacramento do Pai, o acesso do humano ao divino.

A teologia da libertação ou teologia do contexto valoriza a humanidade de Jesus Cristo, a encarnação do Verbo, sua pessoa e ação no contexto histórico, nesse sentido ela também é conhecida como teologia prática. Ela busca resgatar um diálogo coerente entre fé e vida que busca o equilíbrio teológico na afirmação da união hipostática e a centralidade do conceito de Reino de Deus baseado na opção preferencial pelos pobres e marginalizados. A opção preferencial pelos pobres apresenta-se como a chave hermenêutica para a elaboração da teologia.

O Documento de Aparecida convoca todos os cristãos a serem discípulos e missionários do mestre em Jesus Cristo, mediador da Salvação, porém, no seguimento do Cristo, a oposição entre a ortodoxia e a ortopraxia não pode existir, já que a fé que se afirma só se sustenta pelo compromisso de uma prática concreta situada no contexto histórico em que se vive em vista do Reino de Deus.

Segundo Antonio Manzatto em sua obra : *Cristologia latino-americana*:

“O compromisso cristão é vivido, então, no seguimento de Jesus, ao longo da história, buscando a libertação dos pobres visando ao crescimento do Reino de Deus. A cristologia latino-americana parte da afirmação da humanidade de Jesus e a enxerga dentro de seu contexto histórico, como vivência concreta para a instauração do Reino de Deus em favor dos pobres. Sendo assim a vida de Jesus, será assim também o comportamento do cristão, vivido no compromisso pela libertação dos pobres, ainda que isso lhe custe a vida. A confiança no Deus da vida, que ressuscitou Jesus dos mortos, fortalecerá a sua perseverança.”<sup>119</sup>

<sup>118</sup> SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus, A História do Vivente*. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 147-189.

<sup>119</sup> MANZATTO, Antonio. *Cristologia latino-americana*. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007. p.65.

## BIBLIOGRAFIA

- BIBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2004.
- BENTO XVI. *Deus Caritas est*. São Paulo: Paulus, 2001.
- CONCÍLIO VATICANO II. Lumen Gentium “De Ecclesia”. Constituição Dogmática do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a Igreja. 18 ed. São Paulo: Paulinas 2005.
- \_\_\_\_\_. Dei Verbum. Constituição Dogmática do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a revelação Divina. 18 ed. São Paulo 2005.
- CELAM. DOCUMENTO DE APARECIDA. Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. 2 ed. São Paulo: Paulus; Paulinas, Ed. CNBB. 2007.
- BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador: ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo*. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CERFAUX, L. *O tesouro das parábolas*. São Paulo: Paulinas, 1973.
- CIPOLINI, Pedro Carlos. Cristologia Latino-americana. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia Latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- CROSSAN, Jonh Dominic. *O Jesus Histórico: a vida de um camponês do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Imago. 1994.
- CULLMANN, Oscar. Jesus e os revolucionários de seu tempo. Trad. Cássio Gomes. Petrópolis: Vozes. 1972.
- DENZINGER, Heinrich. Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral. Trad. José Marino; Johan Konings. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2007.
- FERRARO, Benedito. *A significação política e teológica da morte de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GUTIÉRREZ, G. *Teologia da libertação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- HAIGHT, Roger. *Jesus símbolo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- JEREMIAS, J. *As Parábolas de Jesus*. 10 ed. São Paulo: Paulus, 2007.
- KASPER, Walter. *Jesus, El Cristo*. Trad. Severiano Talavera Tovar. Salamanca: Sígueme, 2002.
- LACOSTE, Jean-Yves. Dicionário Crítico de Teologia. Trad. Paulo Menezes. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004.
- LIBANIO, J. B. & BINGEMER, Maria Clara L. *Escatologia Cristã*. Petrópolis: Vozes, 1985.

- MALINA, Bruce J. *O Evangelho social de Jesus. O reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. São Paulo: Paulus, 2004.
- MANZATTO, Antonio. Cristologia latino-americana. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- MEIER, John. *Um Judeu Marginal*. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Imago. 1992.
- PAGOLA, José Antonio. *Jesus: aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- PIERINI, Franco. *Curso da história da Igreja. I. A idade Antiga*. São Paulo: Paulus, 1998.
- PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1982.
- PIMENTEL, Ivany Dantas. *Aspectos Histórico-Teológicos da Pregação de Jesus sobre o Reino de Deus*. 2010. 48 p. Dissertação (Mestrado em Teologia) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.
- PIXLEY, Jorge; BOFF, Clodovis. *Opção pelos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- PIXLEY, George. *O Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- RAHNER, Karl. *Systematisch und Exegetisch*. Trad. Maria Gesteira Garza. Friburgo: 1972.
- RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007.
- SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus, a História de um Vivente*. São Paulo: Paulus, 2008.
- SEGUNDO, Juan Luís. *A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré*. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1997.
- SILVA, Cássio Murilo Dias. *Metodologia de exegese bíblica*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador*. v. 1 - *A história de Jesus de Nazaré*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Cristologia a partir da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A fé em Jesus Cristo. Ensaio a partir das vítimas*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Jesus, o Libertador. Volume 1. A História de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Fora dos pobres não há salvação*. São Paulo: Paulinas, 2007.

## ARTIGOS E REVISTAS

BOFF, Leonardo. Salvação em Jesus Cristo e processo de libertação. In: *Concilium*. Petrópolis: Vozes, 1974.

BOMBONATO, Vera Ivanise. Nos caminhos de Jesus de Nazaré. In: *Revista de espiritualidade Inaciana*. n. 69 set/2007. P. 21-31. Ano 17.

LIBANIO, J. B., Formação dos Discípulos e Missionários. In: *Revista Vida Pastoral*. Julho-Agosto/2008.

MANZATTO, A. Notas para uma Cristologia para o terceiro milênio. In: *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo v. 8 p. 79-107. (abril/jun) 2000.

RIBEIRO, Ari Luis do Vale. Jesus e os Movimentos Messiânicos. *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo: Paulinas, v. 17, n. 66, p.29-30, [jan/mar.] 2009.

SOBRINO, Jon. Crítica às democracias atuais e caminhos de humanização a partir da tradição bíblico-jesuânica. In: *Concilium*. Petrópolis: Vozes n. 322. 4/2007. p. 77.

\_\_\_\_\_. O reino de Deus e Jesus. Compaixão, justiça e mesa compartilhada. In: *Concilium*. Petrópolis: Vozes. n. 326. 2008/3.